

São Tomé: Raul Coutinho substitui Vasco Gonçalves

Um indisciplinado de 77 anos de idade tornou-se o novo chefe do executivo de São Tomé e Príncipe. Raul Coutinho substituiu Vasco Gonçalves...

Arnaldo Matos evadui-se na madrugada de ontem

Um político de esquerda, Arnaldo Matos, foi visto fugindo de São Tomé e Príncipe na madrugada de ontem...

Após um período de negociações com o regime do Conselho de Estado, o partido de esquerda...

Suspensa a greve do TAP

O Conselho de Estado suspendeu a greve do TAP...

A greve foi suspensa por um período de 30 dias...

Direção bancária tem dias contados?

Os bancos portugueses estão a ser pressionados para se unirem...

Constituinte: propostas do P.C.P. podem acentuar clivagens

Uma Assembleia Constituinte pode acentuar as clivagens existentes no movimento revolucionário...

C.R. reúne em plenário e P.P.D. põe condições

O Conselho Revolucionário reuniu-se em plenário para discutir a situação política...

Mário Soares analisa a "degradação da situação"

Mário Soares analisou a situação política em Portugal, considerando-a de "degradação"...

Constituinte: propostas do P.C.P. podem acentuar clivagens

Uma Assembleia Constituinte pode acentuar as clivagens existentes no movimento revolucionário...

Assembleia do MFA. Comentários e artigos de Marcelo Rebelo de Sousa, Benjamin Formigo e Luis Pezsa e Costa...

- 45 intervenções para se chegar ao plano-gau
As posições dos Partidos
A experiencia-piloto da zona de RE I

Teleforum continua no EXPRESSO

Programas de: Mónica Cristina Jeronimo, António Reis, Eduardo Faria Coelho, José Manuel de Costa, José Carlos Morges, Maria Alzira Seixas, Sophia de Mello Breyner Andresen...

Angola: Da celebração da unidade à nova escalada de violência

Angola celebra a unidade, mas a violência continua a escalar...

OMEGA Speedmaster watch advertisement with image of the watch.



## São Tomé: Rosa Coutinho substitui Vasco Gonçalves

«A INDEPENDÊNCIA de S. Tomé tem mais importância que as crises internas» afirmou Rosa Coutinho antes de partir para assistir ao nascimento do 6.º país de língua portuguesa.

No entanto, com excepção do PPD, as delegações oficiais sofreram profunda alteração. Vasco Gonçalves não chefiou a delegação, o que poderá associar-se à sua preocupação de assegurar a continuidade governativa. Rosa Coutinho assumiu essas funções, em representação do Presidente da República. Álvaro Cunhal e Pereira de Moura foram substituídos por um membro da comissão central do PC, e José Telgarrinha. O PS não enviou qualquer representante. O PPD estava representado, como previsto, pelo ministro Magalhães Mota.

## Arnaldo Matos evadiu-se na madrugada de ontem

«O POVO libertou o camarada Arnaldo Matos», diz um comunicado da Comissão de Imprensa do MRPP, que reitera a reivindicação da libertação imediata de todos os antifascistas ainda detidos pelo COPCON na sequência da operação militar do passado dia 28 de Maio contra as sedes e delegações daquele partido, que igualmente atingiu a Associação da Amizade Portugal-China, jornal «Yenao», livraria «Vento Leste» e Infantiário Popular Ribeiro Santos e a Faculdade de Direito de Lisboa.

Ainda não existem dados concretos sobre a evasão do secretário-geral do MRPP, que se registou na madrugada de ontem. O Copcon não emitiu qualquer comunicado, negando-se a desmentir ou confirmar a notícia, ao contrário de militares em serviço no Hospital Militar Principal, à Estrela, de onde se registou a cívica do dirigente marxista-leninista-maoísta.

Continuam detidos os restantes militantes e simpatizantes do MRPP que terminaram a sua greve da fome na passada quarta-feira, data em que viram satisfeitas as suas reivindicações. Arnaldo Matos estava internado devido ao agravamento, por causa da greve da fome, de uma síclera de que sofria antes da sua prisão. Entre os presos as ordens do Copcon figuram ainda membros do Comité Central do MRPP Fernando Rosas, Danilo Matos e Carlos Santos) e Almeida Peruchó e António Dias, respectivamente redactor e colaborador do EXPRESSO.

## Suspensa a greve da TAP

CONTRARIANDO as previsões que pareciam indicar a agudização da luta que vinham prosseguindo, com a passagem à fase de greve geral na próxima segunda-feira, os trabalhadores da TAP suspenderam ontem as paralizações iniciadas esta semana.

A decisão tomada — de resto, a exemplo de ocasiões anteriores — parece ter obedecido a considerações táticas por parte dos trabalhadores, atendendo ao momento político que o país vive e tendo em vista a não marginalização da sua luta em relação ao conjunto dos trabalhadores.

## Direcção bancária tem dias contados?

MILHARES de trabalhadores bancários voltaram a reunir-se ontem, à noite, desta feita nas instalações do Pavilhão Gimnodesportivo do Alameda C. P. para, como dizia a convocação da Assembleia Geral "analisarem a situação sindical actual".

Porém, antes de iniciada a reunião, que, à semelhança da sua precedente, decorreu num clima de extrema agitação, tinha sido distribuído em profusão um comunicado com o timbre da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, e no qual, ad readament, se ameaçavam os bancários discordantes com a actual direcção pró-Intersindical-PCP-MDP, de que "se for necessário víamos aos milhares" porque, sublinhava-se em nota:

"Os metalúrgicos portugueses estiveram na primeira linha do combate pela unidade sindical. Essa foi uma luta de que os trabalhadores portugueses triunfaram contra o patronato e seus agentes. Ao tomarmos conhecimento que alguns grupos políticos contra-revolucionários conseguiram forçar a aprovação de estatutos nos quais, chamando-lhe direito de tendência, institucionalizam o pluralismo sindical, vimos dizer-vos que rejeitamos tais manobras reacções e que não permitiremos que a vontade dos trabalhadores maciça e democraticamente manifestada seja atirada por grupos reacções politicamente controlados".

Segundo a opinião do bancário Miguel, "a assembleia só serve para dividir a classe bancária, que vê a actual direcção social-fascista lutar desesperadamente para manter o controle que perdeu definitivamente".

O mesmo bancário acrescentaria para o EXPRESSO que "o terrorismo social-fascista tentado impor pela direcção aos bancários capazes de contrariar a sua linha traída havia sido desmascarado e era isso que lhe doía, como aqui ficou amplamente demonstrado em mais uma derrota que sofreu não obstante as ameaças e coações tentadas através de bandos de choque pela sua disseminação".

## C.R. reúne em plenário e P.P.D. põe condições

REUNIU ONTEM, no Palácio de Belém o Conselho da Revolução numa das suas mais importantes sessões, ligado certamente à situação de crise política verificada nos últimos dias.

A reunião do Plenário do Conselho foi antecedida pela da Comissão Central do mesmo órgão, que parece ter considerado os temas a debater suficientemente significativos para serem convocados todos os componentes.

A sessão do Conselho começou ao fim da tarde, e prolongava-se ainda à hora a que foi encerrada esta edição, só tendo entrado no debate dos pontos essenciais depois da mesa-redonda na RTP.

O facto de o Conselho reunir em vésperas de nova Assembleia do MFA, marcada para terça-feira próxima (para a qual foi remetida a discussão de muitos assuntos de relevo), e em plena crise governativa pode permitir uma clarificação definitiva da posição do MFA no seu escalão superior.

A saída dos membros do PS do Governo, e as condições postas para a ele (eventualmente) regressarem foram examinadas pelo Conselho da Revolução. Entretanto, ontem de manhã, o almirante Rosa Coutinho tinha longa audiência com o primeiro-ministro. Durante a tarde e noite as unidades militares eram postas em prevenção.

A tarde, o presidente Costa Gomes recebeu Emílio Guerreiro e Moisés Pinto, da Comissão Política Nacional do PPD, que lhe apresentaram um documento com as condições que aquele partido põe para continuar no Governo, uma das quais é a da atribuição de

jornais diários aos partidos políticos. Outras são referentes à crise de autoridade, à crise económica, ao Documento do MFA, e à Constituição. O PPD apresentou um prazo de resposta ao MFA, que só termina na 4.ª feira.

Até 4.ª feira o PPD encontra-se, assim, embora sob condição, no Governo, com o PCP e o MDP/CDU, numa das mais originais coligações verificadas em países da Europa Ocidental.

Numa mesa-redonda, ontem, na RTP, três membros do conselho da Revolução (Otelo Saraiva de Carvalho, Rosa Coutinho e Moraes E Silva) afirmaram, aliás, só terem conhecimento oficial da saída do PS, sem terem sequer aludido às condições do PPD.

A mesa-redonda revestiu-se de relevo político excepcional. Nela, Otelo Saraiva de Carvalho expôs o ponto de vista do Conselho da Revolução e do COPCON sobre o caso "República", que qualificou de conflito político. Repetiu as acusações formuladas no documento do PS, tendo acentuado, quanto à Lei de Imprensa, que "as leis vigentes só devem ser cumpridas, desde que não contrariem a revolução". Também disse que o jornal servia "um partido político português — neste caso o Partido Socialista".

Considerou que, se noutros jornais considerados dominados pelo PCP — e referiu o "Diário de Notícias", o "Seculo" e o "Diário de Lisboa" — se levantasse o mesmo problema, a solução dada pelo COPCON seria a mesma. Concluiu que "a Administração

nunca teve o intuito real de reabrir o "República".

Rosa Coutinho aludiu à "manobra internacional" em torno do "República".

Moraes E Silva defendeu, depois, o documento aprovado na Assembleia do MFA, frisando que não é definitivo, e é para executar a longo prazo, sendo que "o único processo de curtipiscar certos processos partidários".

Otelo Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho falariam do mesmo tema, tendo acentuado a vantagem de os partidos aprenderem uma prática unitária a partir das organizações de base.

Otelo, quando à sua entrevista com Sárvio Machal, defendeu o princípio de "vortizar a prática", dando forma legal à prática.

Finalmente, sobre a saída do PS do Governo, os participantes na mesa-redonda discutiram, dramatizaram, criticaram e acentuaram a atitude do Partido, que devia ser representativa governativa os seus estatutos. Segundo a sua opinião, o Governo continuará com os partidos, que não estão vinculados pela decisão do PS. Para os lugares vagos o MFA — disseram — está aberto a elementos PS, que queiram aceitar a título pessoal, mas a hipótese mais provável é a escolha de elementos partidários. A alternativa de um Governo de unidade sem partidos, mencionada por Otelo, não foi tida como provável.

## Angola:

# Da celebração da unidade à nova escalada de violência

LUANDA (Especial para o EXPRESSO) — A guerra abateu-se mais uma vez sobre Luanda em confronto que opôs a FNLA e o MPLA. Desde há cerca de 48 horas, os rebentamentos das granadas de morteiros, os disparos de lança-granadas, foguetes, rajadas das metralhadoras, sucederam-se durante toda a noite com maior preponderância na madrugada de hoje, sexta-feira.

As autoridades militares ligadas ao conselho coordenador do programa do MFA em Angola, CCPA, manifestam-se altamente preocupados com a situação e admitiram o risco de uma nova crise, sempre mais grave do que qualquer das anteriores. O armamento utilizado nestas 48 horas de guerra aberta demonstra que nenhum dos acordos foi cumprido quanto à retirada de homens e armamento dos movimentos de libertação.

Centenas de feridos (é inútil estimar números de mortos) encontram-se nos dois únicos hospitais que funcionam, o Maria Pia, com pessoal auxiliar em greve, e o hospital militar principal dependente das autoridades militares portuguesas. Mais de 500 pessoas são consideradas prisioneiras dos dois movimentos (MLPA e FNLA) e nesse contingente conta-se elevado número de desaparecidos dado que as identificações já postas à disposição do COPLAD ficam muito aquém

dos manifestos sobre desaparecidos. Não se conhece oficialmente o número de mortos.

A onda de violência fez paralisar parte da actividade industrial e comercial da capital, tudo se conjugando para que subsistia mais uma grave crise no abastecimento de géneros de primeira necessidade para as populações. As fábricas pañificadoras, principalmente, estiveram encerradas, bem como todo o parque industrial da área periférica do Cazenga e área industrial da Cuaça.

As autoridades não divulgaram o número de vítimas que se presume elevado e os constantes apelos da classe médica são sintoma de que o conflito apresenta consequências muito graves.

Apenas a FNLA emitiu um comunicado a propósito dos acontecimentos em Luanda salientando que as instalações das suas delegações têm sido alvo de ataques realizados por grupos armados das FAPLA, MPLA. O comunicado acrescenta que se processa um movimento organizado por anarquistas divisionistas e militaristas que pretendem que as «barukas», os «moeleiros» e o rugir das metralhadoras continuem a ser atiradas contra o povo usando por isso o nome do próprio povo.

Referindo-se à carta de Vieira de Almeida Jonas Savimbi da

UNITA, manifestou a sua indignação nos seguintes termos:

«Embora o ministro Vieira de Almeida tivesse em mente outros ministros, que não da UNITA, francamente, se eu estivesse, no Governo de Transição eu saía do Governo. Nunca hei-de ser tratado assim. Irremediavelmente incompetentes?»

«Quando é que eu entrei na escola de economia do Vieira de Almeida? Nem tenho interesse! Isto é um abuso. Não se podem tratar assim governantes de um país jovem. Isto é reaccionário! (...) Não somos irremediavelmente incompetentes — a não ser que o dr. Vieira de Almeida seja racista.

Vamos ser realistas. Nós sabemos que o dr. Vieira de Almeida é competentíssimo. Até o dr. N'Dele, que também é formado em economia, nos disse que o dr. Vieira de Almeida é competente. Mas é preciso modestia... Os homens têm que ser modestos. Se ele é tão competente como isso, que vá pôr em ordem a economia em Portugal.

Por outro lado, contactado (...) Na mata, não fomos incompetentes. Portanto, não vamos permitir que nos chamem incompetentes antes de nós mostrarmos aquilo que valemos».

ontem, pelo nosso jornal, Vasco Vieira de Almeida, ministro da Economia do governo de transição, informou-nos que continuava no seu posto; disposto a permanecer, se as condições lho permitissem, até à independência do território.

Recordamos que, na quarta-feira passada, foi revelada pela imprensa liboeta uma carta que Vieira de Almeida dirigira ao Colégio Presidencial e aos presidentes dos três movimentos de libertação, em que fazia acusações a alguns ministros e denunciava a divisão interna, a incompetência e a conseqüente inoperância do governo de transição.

Acentuou Vieira de Almeida que a referida carta saiu nos jornais sem seu conhecimento e que, por enquanto, ninguém o tinha contactado no sentido de que abandonasse o cargo.

SOARES, *Mário*

## Mário Soares analisa a "degradação da situação"

NUMA conferência de imprensa que pôs em marcha a tarde de ontem praticamente todos os correspondentes e enviados da rádio, TV, cinema e jornais acreditados em Portugal e igualmente os vários órgãos de comunicação social, o secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares explicou exhaustivamente os factos que obrigaram o Secretariado do PS a assuncir a retirada dos membros socialistas do IV Governo Provisório, ou sejam cinco secretários de Estado (Orientação Escolar, Transportes, Emigração, Negócios Estrangeiros e Justiça, além do próprio Mário Soares, ministro sem pasta e Salgado Zenha, que sobrava à da Justiça).

Depois de referir que a decisão do Secretariado do PS foi pelo Grupo Parlamentar Socialista, representante das bases daquele partido em todo o país, ratificada por apelo, Mário Soares diria, a certa altura: «Para nós, o único director da «República», sejam quais forem os intrusos que lá se meterem, é o nosso camarada Raúl Rego, aqui presente e a que tenho o prazer de saudar, saudando nele todos os redactores do jornal que tão corajosamente se têm mantido unidos neste mês e tal de luta. Depois disso — protegiu — as mais altas autoridades deste país afirmaram publicamente que o problema da República estaria resolvido, mas sempre nos termos da Lei de Imprensa, e o próprio presidente da República e o Conselho da Revolução, através de uma decisão que nós esperamos pudéssemos ser comunicada. Infelizmente as decisões e as orientações das mais altas instâncias do Poder em Portugal não foram respeitadas.»

Fazendo seguidamente um paralelo de comparação com o caso da Rádio Renascença, independentemente de se revestir de alguns aspectos diferentes, o secretário-geral do PS, sublinhou: «Ambos os casos se inserem numa estratégia destinada a tomar de assalto todos os órgãos da Informação e numa estratégia global para tomar o poder político em Portugal por métodos não democráticos. Para nós, esta é a leitura daquilo que se está a passar com a imprensa portuguesa. Estamos muito bem acompanhados porque é este o significado que o problema República tem para a grande maioria do povo português.»

Sem interrupção: «Ontem surgiu de novo o caso República, que há três e meio estava num impasse. E

esse problema foi provocado artificialmente para justamente suscitar uma crise política no país, e tem de ser desta maneira interpretado.»

A seguir, referindo-se à onda de boatos que alarmarão o país de mês a mês há oito dias, Mário Soares acusou: No dia 4 de Julho tentou-se fomentar aqui uma onda de boatos propalada para pôr em causa as estruturas, a coesão e a unidade do MFA, como o próprio Presidente da República reconheceu num discurso público. Foi uma onda de boatos que tendia a pôr em causa as estruturas do Poder. Essa tentativa, essa manobra, que se sabe hoje perfeitamente donde veio, porque houve um partido político que convidou os seus militantes a apoiar os oficiais progressistas do MFA, — o que significa dizer que, para esse partido, existem oficiais do MFA que não são progressistas e portanto havia que fazer uma divisão no seio do Movimento das Forças Armadas; — essas mesmas provocaram um estado emocional no País, emoção furada como um balão pelo já referido discurso do Presidente da República; foram os mesmos que agora — também artificialmente — provocaram outra crise política. E provocaram-na porquanto sabiam perfeitamente, pois disso estavam avisados, que, se saísse a República sem ser dirigida pelo seu legítimo director, o PS cumpriria a palavra que solenemente tinha dado ao País, de abandonar o Governo. Portanto — esclareceu — quando eles tiveram sair a República, fizeram-no intencionalmente para provocar uma divisão entre as forças da coligação governamental, no mesmo tempo que originaram um problema político grave. Esses que assim procederam são os verdadeiros responsáveis da crise política em que neste momento está mergulhado o país.»

Prevenimos o CR — continuou Mário Soares — de que a República se publicasse. E o Conselho deliberou, na longa reunião de terça/quarta-feira, que o jornal não sairia em tais condições. Foi o próprio ministro do Trabalho que em pessoa e em nome do CR deu ordem à chamada Comissão dos Trabalhadores da «República» para que o jornal não se publicasse. A verdade, porém, é que o jornal publicou-se mesmo e depois disso não houve nenhuma autoridade neste país que o apressasse ou que responsabilizasse aqueles que o provocaram. E pelo que se viu na TV

e nos jornais alguns membros com responsabilidade na vida nacional parecem que ficaram muito contentes com a publicação deste jornal.\*

Adiantado, posteriormente, que no seu ponto de vista «sem autoridade revolucionária não existe revolução», Mário Soares disse que a sociedade portuguesa tem vindo a viver numa espécie de «marco-populismo» irresponsável que está «facilitar o terreno à contra-revolução, para em seguida denominar o PS de «partido revolucionário que não se alige nada quando certos indivíduos minoritários neste país, que se julgam talvez profetas de revolução, lhes chamam contra-revolucionários, dá dritita ou mesmo fascistas, como ainda ontem se verificou na Assembleia Constituinte, num espectáculo extremamente desagradável mas edificante a muitos títulos, que consistiu em ver aqueles que foram defendidos pelos socialistas no momento em que eram perseguidos pela polícia fascista, e agora, quando eles próprios se sentem em posição de vir a ser carcereiros deste país e deste povo o PS continua a bater-se pelos Direitos do Homem e a defender aqueles que estão nas cadeias injustificadamente e sem culpa formada, esses mesmos acusam-nos de fascistas, como outros, outros tempos e com o mesmo tipo de raciocínio, nos acusaram nessa altura de comunistas. Nós somos tão indiferentes aos ataques antigos como aos modernos. Portanto, deixem tais fulanos de nos tentar intimidar com o epíteto de contra-revolucionários, etc., que nós, socialistas, estamos ao serviço do povo e temos a confiança do povo. E não aceitamos lições de partidos que tiveram a gorjeta de 12% nas últimas eleições.

\* O secretário-geral do PS vincaria a seguir que «o problema da «República» se insere num outro

multo mais vasto, que é o problema do destino da nossa revolução e do tipo de sociedade que desejamos construir em Portugal; disse-se — e isso está escrito em todos os textos programáticos do MFA — que se deseja a construção em Portugal de uma sociedade pluralista, de um socialismo pluralista. Mas aquilo que estamos a verificar não é uma marcha no sentido do socialismo mas sim em direcção a um capitalismo de Estado, o que é coisa completamente diferente. Para um capitalismo de Estado — venceu Mário Soares — que começa a apoiar para um regime de tipo policial concomitantemente com o aparecimento de uma nova classe de burocratas que se quer impõe à vontade dos trabalhadores. Ora, foi para construir em Portugal, antes de mais nada, uma democracia política que se fez a revolução de 25 de Abril e os textos programáticos dessa revolução são fundamentalmente o Programa do MFA, que em algumas frases começa a ser muito esquecido; o Programa de Acção Política e o Pacto do MFA com os partidos políticos. Em todos eles se aponta para uma via pluralista...»

Referiu depois Mário Soares que numa democracia política «quem mais ordena, quem comanda é o povo, através de escolhas livres feitas em eleições livres e não de qualquer outra maneira. E essas eleições, para serem livres e sérias não podem ser eleições por braço levantado como agora se pretendem fazer algumas...»

Garantiu também Mário Soares que em Portugal «certas correntes políticas, têm extrema dificuldade em se fazerem ouvir. (...) Não falo já no CDS, que praticamente não dispõe da possibilidade de se exprimir para o povo; não falo já do próprio PPD, que várias vezes tem dito que encontra tremendas dificuldades em poder veicular os

Continua pág. 16

## Carta de M. Soares a Costa Gomes

Continuação da p. 1

seus comunicados e os seus pontos de vista; mas falo das dificuldades que atingem já o PS (...) que fica sempre numa posição de tolerado ou encorçado quando se trata de ir à Televisão, à Rádio ou a outro lado qualquer expôr pontos de vista, quando o Partido Socialista representa a maioria do povo deste país, é bom não se esquecerem."

Mais é frustro? o secretário-geral do PS disse: "Começam a haver uma série de tentativas para sublinhar: que o eleitoralismo é contraditório com a chamada "dinâmica revolucionária", uma expressão onde cabe tudo mas não quer dizer rigorosamente nada, pois eu direi que se o eleitoralismo e as eleições são contraditórios (...) e se a Assembleia Constituinte parece aos olhos de uns tantos não ter quase nenhuma legitimidade e quem tem legitimidade — friso bem MS — É UMA ASSEMBLEIA DO MFA, que nós ainda estamos para saber como é que as pessoas que a compõem foram elas próprias escolhidas e por que formas democráticas..."

Disse mais, Mário Soares, mas

sem dúvida que os pontos mais importantes são os que aqui registamos.

Entretanto, em longa carta datada de 10 de Julho, endereçada ao Presidente da República, Mário Soares explicou as razões que o levaram a sair do Governo. Dessa carta transcrevemos o seguinte extracto:

"Claramente, senhor Presidente, que as coisas passam as marcas. O caso "República" inseriu-se, de resto, num contexto muito mais vasto de crise geral de autoridade do Estado, corroído pela demagogia, pela irresponsabilidade e pelo anarco-populismo — com os quais se transige a cada momento. Em nome da Revolução expurra-se todo o processo revolucionário para um verdadeiro impasse de trágicas consequências e que só favorecerá objectivamente a contra-revolução.

Em nome do Povo, desrespeita-se diariamente a vontade expressa por esmagadora maioria desse mesmo povo. A nossa revolução está em perigo na medida em que se põem em causa as instituições democráticas que são o seu primeiro fundamento e justificação.

O Pacto firmado entre o MFA e os Partidos, na presença de V.º Ex.º, acaba de ser implicitamente denunciado numa Assembleia a que V.º Ex.º há dois dias presidiu.

Por meu lado, não posso continuar a pertencer a um Governo que não governa e que cada dia, na prática, se demita das responsabilidades livremente assumidas perante o País. Nem dar caução moral e política a uma situação que se degrada em permanência.

Não foi para isso que o Povo conferiu um mandato inequívoco ao Partido Socialista que em todas as circunstâncias se manterá fiel ao Povo e à Revolução.

Acredite, senhor Presidente, que avalio bem a sua angústia e o seu drama pessoal. Mas chega sempre o momento em que é preciso ter a coragem de dizer basta — de afirmar aquilo por que nos batemos, sem hesitações, sejam quais forem as consequências. A menos que se reneguem os princípios e, por não honrar os compromissos livremente assumidos perante o Povo, se peca a própria legitimidade. Ora é isso que não posso fazer e que o meu Partido me impõe que não faça."

## Semana Nacional

### Alterações em "O Século"

A SAÍDA do Major Avesino Teixeira de Presidente do Conselho de Administração de «O Século» provocou algumas reacções. A decisão do CSR parece ter tido como causa próxima as declarações de Avesino Teixeira na terça-feira passada em conferência de imprensa dizendo que «os jornalistas patriotas e antifascistas» tinham obrigação de não descansar enquanto — nacional e internacionalmente — não fosse libertado Arnaldo de Matos. Causas longínquas, haverá outras, mais relacionadas com a actuação «incoformista» do major Avesino quer no Conselho de Informação (a que exigiu perenecer para aceitar ir para o «Século»), quer a nível da própria empresa onde promoveu um seminário para discussão da política de informação por todos os trabalhadores. A aprovação pelo Conselho de Ministros da sua exoneração terá sido justificada pela necessidade de se nomear um perito em economia, dada a difícil situação da empresa. Embora se tenha falado na hipótese de ir o Cor. Varela Gomes substituí-lo no cargo, parece isso não se concretizar, dizendo-se em círculos bem informados que Varela Gomes estará indigitado para dirigir a colónia penal de Alcentre.

O major Avesino considera, no entanto, que a sua exoneração foi irregular (ele foi nomeado pelo CSR e não pode ser exonerado pelo Conselho de Ministros), mas não lhe foi dada oportunidade de expor o seu caso na última Assembleia do MFA.

Em plenário de trabalhadores de «O Século» que estava a realizar-se no momento em que Avesino foi comunicar a sua exoneração — foi aprovado (por 61 votos contra 31) uma moção em que se dizia que, a não ser que se provasse que a actuação do major Avesino tinha sido contra-revolucionária, ele deveria ser reintegrado. Logo a seguir, um outro plenário, especialmente convocado para o efeito, repudiou (por 125 contra 86) a primeira moção, considerada não representativa e apenas afirmou que «não residem nas relações do major Avesino com os trabalhadores da empresa... quaisquer motivos que possam levar à sua exoneração daquele cargo pelo governo», acrescentando a consagrada frase de que sejam evitados «divisionismos» entre os trabalhadores e o MFA. Nota curiosa desta série de factos que não tiveram ainda o seu epílogo: a Rádio Renascença entrevistou o major Avesino no próprio dia da sua exoneração mas nada foi transmitido até hoje. O que leva a crer que as «speculações» que o segundo grupo de trabalhadores bem compostos de «O Século» denunciava talvez não sejam desca-

### MFA informa

A INFORMAÇÃO directa do MFA passou, a partir desta semana a ser assegurada com regularidade quinzenal, saindo às sextas-feiras o Boletim do MFA que, ultimamente era publicado um pouco irregularmente. O MFA informa, além disso, através do seu programa regular na RTP às quintas-feiras e do seu jornal «mural» Estreito Novo.

### Tentativa de golpe em Macau

«ALGUNS OFICIAIS tentaram fazer um pequeno contra-golpe», declarou o Governador de Macau, Coronel Garcia Lealro, ao mesmo tempo que assegurava não ter modificado a sua linha política, que acentuou ter o apoio da população.

A lista de oficiais afastados na sequência do golpe inclui nomes como os do comandante-militar, tenente-coronel Maia Gonçalves; do chefe do Estado-Maior, major Chito Rodrigues; do antigo secretário-adjunto para as Obras Públicas e Comunicações, tenente-coronel Rocha Vieira; do comandante da polícia, major Lobo de Avila; e do chefe de Gabinete, major Morais Santos.

Segundo fontes oficiais, apenas 22 dos 350 elementos da Polícia Marítima e Fiscal estiveram numa reunião, no decurso da qual foi decidido enviar às principais entidades de Lisboa um telegrama de apoio ao comandante Catarino Salgado, mandando regressar a Lisboa pelo Governador de Macau.

Entretanto, ontem, o representante da comunidade chinesa em Macau, Ho Yin, afirmou aos jornalistas que a política de nacionalizações não será aplicada em Macau. Ho Yin esclareceu que esta garantia lhe tinha sido dada pelo Governador.

### Timor: "situação está calma"

POR OUTRO LADO, o Gabinete da Comunicação Social de Timor informou que as notícias postas a circular em Lisboa sobre o recontro entre simpatizantes da UDT e da FRETILIN no dia 27 de Junho eram tendenciosas e alarmistas.

Segundo o Gabinete da Comunicação Social, neste momento a «situação é de acalmia e está calma».



## Vasco Gonçalves: "O MFA não pretende qualquer ditadura"

QUINTA-FEIRA ao fim da tarde, a Intersindical, o PCP, o MDP/CDE, a FSP, a UEC e a UJC, além de outras organizações promoveram uma manifestação de apoio ao MFA que reuniu dezenas de milhares de pessoas. Frente ao palácio de Belém, os manifestantes ouviram discursos de Vasco Gonçalves, Costa Gomes e do ministro do Trabalho, Costa Martins.

«É necessário que todo o País saiba — afirmou o Primeiro-Ministro — que o MFA não pretende qualquer ditadura. A organização popular não se destina a oprimir, mas a libertar. A organização popular não caracteriza qualquer Estado policial. As polícias nasceram sempre das organizações destinadas a oprimir e não das destinadas a libertar, e a opressão nasceu sempre do domínio sobre a sociedade de interesses contrários aos do Povo e nunca dos interesses do Povo. Nenhum Povo se oprime a si próprio.

«Quem daqueles cujos interesses se não oponham aos das classes trabalhadoras, poderá recear que elas se organizem».

Por seu lado, o Presidente da República declarou no discurso que proferiu: «Estendo a vossa presença como manifestação de trabalhadores que afirmam a disciplina, a autoridade, a ordem e o trabalho e que negam o oportunismo e o aventureirismo pseudo-revolucionário. Assim, nós todos, os verdadeiros revolucionários firmes nos objectivos socialistas, mas serenos no ritmo de quem tem muito de construtivo a fazer».

O Major Costa Martins, finalmente, afirmou que «Os ataques que por vezes se vêm contra o Ministério do Trabalho, em última análise, só poderão ser vistos como ataques contra os próprios trabalhadores».

Entretanto, a Intersindical, organização presente na manifestação de anteontem, realizará o seu anunciado Congresso na próxima semana.

## Professores contestam CDP sindical

REALIZA-SE nos próximos dias 14 e 15, no Pavilhão dos Desportos, um plenário dos professores de Lisboa com vista à aprovação dos estatutos sindicais. No entanto, importantes sectores da classe contestam os processos seguidos pelas comissões directivas provisórias, quer em Lisboa, quer em Coimbra e Porto, na medida em que foram cometidas diversas arbitrariedades com o objectivo de marginalizar os projectos de estatutos que não eram propostos pelas CDP. Para além da utilização de processos considerados ilegais, como o recurso ao referendo, para marginalizar projectos concorrentes, e a desigualdade, em termos de tempo, para a discussão das diversas propostas, verifica-se concretamente que, no caso de Lisboa, não se realizaram plenários distritais, com vista a provocar a concentração dos associados sindicais apenas na capital, o que, necessariamente, leva à marginalização e desmobilização de amplas camadas do professorado, sobretudo num período de exames como o que se atravessa. Exigências burocráticas até aqui dispensadas (apresentação de cartão e quota em dia) e propósitos de alongar em demasia o plenário (recusando a CDP a preparação prévia da metodologia da reunião) são apontados como novos obstáculos visando favorecer em exclusivo o projecto da CDP.

Sousa, Marcelo Rebelo de  
 Formigo, Benjamin  
 Costa, Luís Penha e

Expresso

75-07-12

2-4


 Assento

DADA a importância das decisões tomadas na última reunião do MFA, decidimos dedicar-lhe largo espaço.

Nesta página e na próxima, além da análise habitual de Marcelo Rebelo de Sousa, uma opinião de Benjamin Formigo, redactor do EXPRESSO que tem sido encarregado de acompanhar os assuntos relacionados com o MFA e outra de Luís Penha e Costa acerca dos aspectos económicos daquela.

Além disso, uma notícia sobre a mesma Assembleia, um documento que com ela se liga e extractos das posições dos partidos políticos.

## 3 + 1 linhas de fractura política

Marcelo Rebelo de Sousa

E, INOPINADAMENTE, a crise política agudizou-se pela linha de fractura por onde menos se esperava, agora, que se verificasse uma ruptura.

De facto, nas duas últimas semanas, três eram as principais linhas de fractura detectadas no equilíbrio político primeiro, foi o diverso entendimento dado à chamada "moneda da reacção"; depois, foi a divisão frontal das forças partidárias (sobretudo as governativas acerca do Documento aprovado na Assembleia do MFA; finalmente, deu-se o começo da fractura na Assembleia Constituinte, aliás, em larga medida, resultado da dissensão sobre o ponto anterior.

A primeira linha de fractura polariçou toda a semana que foi de 30 de Junho a 5 de Julho, e culminou na preocupação manifestada no dia 4 pelo PCP e, em menor escala, pelo MDP/CDR, tendo aquele conspiciado seus militantes para as sedes, organizado piquetes em indústrias da periferia de Lisboa, e em departamentos oficiais.

Nessa mesma noite, o Presidente Costa Gomes, e os Generais Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves asseguraram ao país que não mereciam crédito as notícias alarmistas referentes ao avanço de reacção para qualquer novo 28 de Setembro.

O PS e o PPD, tal como — por outros motivos — o FRP, e os CRISM responsabilizaram o PCP pela iniciativa prematura ou inoportuna de lançar "campanhas de boatos". O PCP e o MDP/CDR justificaram-se em comunicados, e insistiram na actualidade dos riscos imputados à reacção.

Abriu-se e fechava-se (em parte) uma primeira linha de fractura. Sem cair completamente vincido nessa linha, o PCP sofreu críticas, explícitas ou implícitas, de membros da própria organisação superior do MFA.

A segunda linha de fractura surgiu a partir da Assembleia do MFA. Antes dela parecia avultar a linha de "extrema-esquerda" ou militar para, designadamente, reforçada pelos próprios acon-

tecimentos do fim de semana anterior.

Se os ocuparmos demasiado da Assembleia, objecto (nesta página e na seguinte) de apreciações desenfreadas, resumiremos, assim, a sua análise factual:

— ou, alguma sectores, por vezes em foco, ou não estiveram presentes (como de Melo Antunes, cujo ponto de exposição foi entregue ao Presidente Costa Gomes antes da reunião), ou não intervieram.

— o Primeiro-Ministro, ao fazer uma exposição da conjuntura política portuguesa, bastante incisiva e radical, veio concluir com formulações da esquerda revolucionária, tendo recolhido o apoio da maioria clara da Assembleia;

— o documento aprovado condensa sobretudo as sugestões anteriormente defendidas na proposta dos CRTSM, com algumas concessões pontuais à CDR;

— na sua aprovação, absteve-se um número considerável de membros da Assembleia;

— pode, porventura, considerar-se o balanço essencial da Assembleia uma prova da força da linha defendida por Otelio Saraiva de Carvalho (líder do editorial do "Movimento", de entre dois parágrafos contra o controlo cívico partidário das organizações de base), mas, com o que momentaneamente constitui o sector ortodoxo, ao mesmo tempo que o Primeiro-Ministro vê reforçada a sua posição no Governo.

A fractura surgiu na reacção dos vários partidos, sobretudo da esquerda. Enquanto a extrema-esquerda (incluindo o FRP) apoiava incondicionalmente, e o PCP, MDP/CDE e Intermédica apoiavam, sem euforia, mas com satisfação notória, o PS e o PPD atacavam-no com uma violência frontal, que dava quase a entender que poderiam por em causa a sua participação ao Governo no caso de o esquema aprovado revestir forma de lei constitucional.

Então, e está aberta uma fractura irreversível quanto a um ponto essencial, em que de duas uma: ou o Conselho da Revolução cumpria a directiva da Assembleia do MFA, e a posição do PS e do PPD no Governo, poderia ser questionada; ou ele recusava, e, então, a questão surgiria seria, por um lado, aliamos ao equilíbrio dentro do MFA, e, por outro lado, à posição do PCP e do MDP/CDE.

A terceira fractura decorreu da segunda, e traduziu-se no choque entre PS, PPD e CDS, de um lado, e MDP/CDE e PCP do outro, na Assembleia Constituinte: Por várias vezes, esse choque foi proferido, a saída definitiva do Grupo de deputados comunistas, que, possivelmente depois de terem consultado o Ministro Álvaro Cunhal, regressaram à sala. A confrontação baseou-se no período de antes da ordem do dia, e a exposição nela feita das ideias sobretudo do PS e do PPD.

Adicionalmente, os meios de comunicação social onde definhava posição de relevo militantes do PCP, MDP/CDE (e alguns outros) também de extrema-esquerda) denunciaram o que apelidaram de manobras contrarrevolucionárias

da maioria constituinte, apontando para a dissolução da Constituinte e suspensão de resto, já antes pedida por organizações de esquerda revolucionária e por núcleos de militantes do PCP e do MDP/CDE.

### Surpresa

Foi pelo com surpresa que a situação política entrou em crise aberta através de uma quarta linha de fractura — a da "crise República" — recentemente esboçada.

Na madrugada de ontem, o Secretariado do PS anunciava a "bomba": os membros do Governo socialistas, cessariam as suas funções e as retomaríamos a "palavra do Presidente da República fosse confirmada pelos factos", e "a decisão do Conselho da Revolução fosse cumprida" (entendia-se a primeira decisão).

A expressão "cessação de funções" foi preferida pelo Secretariado do PS à de "demissão" — aparentemente por uma razão política. Um membro do Governo não se pode demitir; só o Presidente da República, ouvido o Primeiro-Ministro, o pode demitir. O membro do Governo apenas pode pedir a demissão. Ora, este pedido deve ter sido precisamente o que o PS não quis formular, e optou pela solução "abandono de lugar".

O abandono de lugar é objecto de legislação entre nós, se respeita a cargo administrativo. Em sede política, sendo omnia a lei, tudo indica que se não segue naturalmente a exonerção (sem pedido para tal).

A expressão "ao retomando funções desde que..." carece também de uma explicação: é que inicialmente se mantem ou não no Governo certo elemento que abandonou o lugar geza de lhe pertencer, já que o Primeiro-Ministro pode recompor o Governo, sem reintegrar os governantes que dele se afastaram. É o Primeiro-Ministro (além do Presidente da República) que fica a ser o juiz definitivo da situação.

As reacções de vários partidos não se fizeram esperar: o PPH exigiu a saída simultânea do PPD, dizendo que a posição lógica dos partidos burgueses é a oposição; o MDP/CDE atacou fortemente o PS, sem nada dizer sobre a composição do futuro Governo (mas ficando implícito que considerava que a posição do PS deve ser a de permanecer fora do Governo).

O PPD saiu com um "tácito" comunicado, dizendo que, depois de ter se analisado a situação, pediu uma audiência ao Presidente da República.

Esta posição, representa o adiamento de uma decisão definitiva:

— não se explica se a audiência é destinada a ouvir os razões do MFA, ou para apoiar o PS;

— não avança quais os pontos da situação analisada que motivam o pedido de audiência;

— por maioria de razão, não revela se troncava saída do Governo, por solidariedade com o PS; se troncava ficar, e com que condições; como troncava reagir à

eventualidade de a saída do PS acarretar a queda da coligação no seu todo;

— Ou seja, o PPD para já, deixou o PS jogar a sua jogada, optando por uma jogada diversa. No entanto, parece provável que, na audiência com o Presidente da República, o PPD possa condições exigentes para ficar no Governo.

Quais são as alternativas previstas para este "impasse"? Alinhemos alguns cenários verossímeis:

1.º — O Conselho da Revolução aceita a "oposição" pública a "República", desautoriza a conduta do COPCON, impugna o PPD, e a coligação recomeça;

2.º — O Conselho da Revolução opta por não questionar a recente evolução do "caso República", e pretende manter uma coligação partidária sem o PS. AI, de duas uma: ou o PPD permanece, ou sai. No segundo caso, tratamos um Governo formado só por partidos à esquerda do PS;

3.º — O Conselho da Revolução não cede ao PS, e forma um Governo militar, com ou sem elementos burocratas, salindo todos os partidos;

4.º — O PS cede sem a satisfação das suas exigências, e o efeito é a continuação da coligação. Claro que, em qualquer das três primeiras hipóteses o PS poderia obter dividendos a médio prazo (e a curto prazo no primeiro cenário).

A curto prazo, nos cenários II e III, o PS arriscar-se-ia a perder a cartada, enquanto o PPD tentaria (se ficasse) contrabalançar a saída de bases com acordos tácticos com o MFA.

Nenhuma hipótese, o PS perderia peso na coligação de forma muito sensível. O PCP deve esperar antes de actuar num sentido ou noutro. Dal o não ter publicado qualquer comunicado sobre o futuro da coligação.

Mas, os factores decisivos não respeitam aos Partidos: respeitam ao equilíbrio de forças no seio do MFA, e mais simplesmente, à incógnita Otelo: já que o que é posta em causa é a actuação do COPCON, que fará o seu Comandante? Focará já o arango para o cenário III, que para muitos é inevitável, mais semana menos semana, ou achará que cedo, ou é impossível por razões internas e externas?

E, sendo o cenário III o preferido, qual a posição do Presidente da República; do Primeiro-Ministro, do Conselho da Revolução?

Em qualquer caso, a resolução deste "impasse" poderá ser um bom barómetro do equilíbrio do MFA. Sem discussões doutrinárias, apenas com cálculos evidentes e acertados.

Para já, uma curiosidade. Ontem pela primeira (e última?) vez, a maioria da Constituinte pertencente à Oposição (PS + UDP + CDS), encontrando-se em sessão do Governo em minicria; (PCP + PPD + MDP/CDE). Como irá funcionar no futuro uma Assembleia não poder criticar relativamente ao MFA um aumento de dia para dia? E por quanto tempo?

Manhã do dia 11/7/75.

# Estrutura de poder popular uma vitória para a revolução

Benjamin Formigo

A APROVAÇÃO do presente documento de ligação POVO MFA, pela Assembleia desta semana, pode-se interpretar, sem grande margem para erro, como uma vitória da linha revolucionária, com especial relevância para as unidades operacionais do COPCON.

No entanto, esta vitória não o será se o preconizado no documento não for posto em execução com o máximo de empenhamento das unidades operacionais, com um grande trabalho de dinamização onde este seja necessário e sobretudo com uma reformulação económica consequente.

Antes de mais, a aprovação do referido documento vem demonstrar por parte de uma larga força dos elementos das Forças Armadas uma opção de classe definitiva. O presente projecto, levado às suas últimas consequências, transformará o Exército da burguesia num Exército do povo.

Implicitamente, este documento reconhece ser o Povo e não o MFA o motor essencial da revolução.

A partir de agora, os partidos tradicionais tornam-se um peso morto para a Revolução, pois,

sendo esses partidos funcionais e operantes num sistema parlamentar, constituem já um empecilho numa dinâmica revolucionária, sobretudo por não serem, na realidade, representativos da classe operária e do povo explorado em geral, pesem embora as suas percentagens eleitorais, eventualmente maioritárias.

A criação de Assembleias Populares, preconizadas no projecto de ligação Povo/MFA, levanta desde já a inutilidade de uma Assembleia Parlamentar clássica, pois, afirmam alguns dos defensores da presente proposta, ninguém melhor que o próprio povo o poderá representar. «Dispensaremos os profissionais da política que falem em nome do povo e que decidem em seu nome. As decisões virão das bases e as cúpulas tornar-se-ão meros executores».

Por outro lado, a actual proposta de ligação às bases vem pôr em causa o funcionamento da Constituinte burguesa, para não referirmos já a existência da própria coligação que tão inoperante se tem demonstrado durante todo este tempo. O próprio aparelho de Estado actual é posto em causa, se considerarmos as posições de certo modo preponderantes que nele assu-

miam algumas forças políticas. Com efeito, essas posições irão, senão contrariar frontalmente, pelo menos afectar passivamente, o trabalho das diferentes comissões, como já hoje acontece com as Comissões de Moradores unitárias, onde os controlos partidários são quase impraticáveis (refiram-se, a título de exemplo, várias tentativas partidárias para afastar dessas comissões elementos reconhecidamente progressistas e militantes, porque estes não acatavam qualquer tipo de directiva cupulista).

## Três propostas

A proposta agora apresentada e aprovada pelo MFA confirma a procura de uma solução que não fosse apadrinhada por nenhum partido. No entanto, organicamente, como aliás se pode verificar pelos organigramas anexos, a presente proposta encontra-se muito perto da proposta CRT. Segundo alguns observadores assim é, pois o projecto CRT, fruto de uma eleição de base, amplamente democrática e revogável a qualquer momento, no seu todo ou em parte, é uma forma de estrutura dificilmente controlável pelos partidos da burguesia ou por falsos partidos da classe operária.

Será, talvez, curioso notar que a estrutura criada uma dinâmica revolucionária que condena, à partida, muitas das estruturas já existentes, mesmo a nível militar.

Conhecida que é a ligação das unidades operacionais ao COPCON e a actuação deste órgão de poder político-militar, fácil será depreender que a prática de contactos já existente entre Comissões de Trabalhadores e ou Moradores com o Alfo do Duque, criou um hábito que necessariamente levará a uma inter-relação mais constante. De resto, pode adiantar-se que o COPCON se verá obrigado, dentro de certo prazo, a empolar as suas funções mais uma vez, e chamar à si funções que hoje se encontram dispersas por outros organismos são, portanto, de prever, no futuro, ataques mais ou menos subis, como aliás já tem acontecido, por parte das forças burguesas, reformistas ou revisionistas ao COPCON, numa tentativa de o surpreender ou empujar para caminhos que possam vir a levar ao seu desprestígio (pese embora, contra si, todo o aparato da operação MRPP) junto das massas popu-

lares, separando-o destas ou enfraquecendo-lhe as forças.

O cumprimento de tal programa obrigará a uma firmeza ideológica que não recue perante chantagens partidárias ou manobras camufladas. O reforço de autoridade indispensável virá das próprias bases que obrigarão ao cumprimento das decisões por dias tomadas ou aprovadas. A disciplina militar, de hoje, terá de ser substituída por uma disciplina revolucionária politicamente consciente. Neste particular, levanta-se ainda o problema dos militares que não se encontram suficientemente integrados no processo. Como disse, há duas semanas, ao EXPRESSO o capitão Vasco Lourenço, «temos de considerar à partida todas as pessoas como recuperáveis». Nesse sentido terá de ser feito um esforço de dinamização interno das Forças Armadas, esforço a que não será alheia a intervenção das massas populares num contacto frequente com as unidades operacionais, como, por exemplo, se verifica no Regimento de Comandos, onde, através do seu comandante e do oficial encarregado da dinamização, se processa um intercâmbio com as comissões de trabalhadores e de moradores da zona na procura de caminhos de desenvolvimento da revolução — iniciativa aliás recentemente secundada pelo Regimento de Engenharia 1 da Póvoa, Lançamentos 2 e outras unidades da Região Militar de Lisboa (pelo menos que tenhamos conhecimento) do comando do general Otelo Saraiva de Carvalho.

Será também previsível, a curto prazo, a substituição dos órgãos de autarquias locais pelas Comissões Autónomas de Moradores, criando-se deste modo, numa primeira fase, um novo aparelho administrativo e, posteriormente, um aparelho de Estado profundamente renovado.

Parece também previsível, a longo prazo, a fusão de duas Assembleias; as Assembleias de Moradores e Trabalhadores com as Assembleias de Militares, resultando no mais alto nível na fusão da AMFA com a Assembleia Nacional Popular.

Tudo leva pois a crer que se em particular acabarem aguçando ideologicamente o processo e a sua dinâmica, bem como os embates e as manobras partidárias, ao fim de 15 meses de indefinição, se conseguiu encontrar um caminho são e consequente para o socialismo.

## As reacções partidárias

Carca de vinte e quatro horas depois da decisão da AMFA vários partidos políticos deram a conhecer as suas posições face à nova estrutura de ligação Povo/MFA. As posições conhecidas até agora da maioria dos partidos são coincidentes, embora as razões dessa coincidência sejam diferentes, uns apoiando tacitamente à espera de melhor oportunidade (visando obter, por exemplo, o controlo de algumas comissões) outros incondicionalmente e outros ainda reservadamente, por não se sentirem em posição de discordar.

Quanto ao PS, emitiu um extenso comunicado onde, após analisar o documento que institucionaliza o «Poder Popular» o considera contrário ao programa do MFA e ao pacto com os partidos. Outra passagem afirma ser da competência da Assembleia Constituinte definir o estatuto das Comissões de Moradores, Trabalhadores, instituições de poder local, regional ou distrital. E continua considerando o documento como um organograma híbrido que serve de cobertura à instauração de uma ditadura, que não será nunca do MFA, mas que poderia ser imposta por sectores minoritários militares.

No que se refere aos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, afirmam que esta decisão abre boas perspectivas para a criação de organizações «autónomas e apolíticas» de trabalhadores sublinhando «... a proposta apresentada vai ao encontro dos CRTSM no que respeita à sua formação, havendo porém certas divergências relativamente aos objectivos e estruturas.

«É exigido do CSR a legislação revolucionária e urgente para o reconhecimento desde já, de organizações unitárias de base. Isto será mais um teste ao órgão supremo do MFA que nos últimos tempos têm contraditório e reformista tem sido nas suas decisões.

«É na prática que se conhecem os revolucionários. E o compromisso dos CRT's termina: «Será bom não esquecer que as reacções da direita face às decisões da Assembleia do MFA não assumem formas que poderão ser violentas. É essencial que sejam também tomadas medidas a todos os níveis para suster essas reacções.»

# As consequências previsíveis da independência económica

Luis Penha e Costa

O EMBRIÃO de que se pretende que venha a ser a reestruturação da sociedade portuguesa foi sumariamente definido na Assembleia de terça-feira passada, no documento aprovado sobre as relações Povo-MFA; esse mesmo "plano-guia" que poderá ter grande influência a nível político e partidário, terá também, certamente implicações profundas ao nível da economia.

De facto, apesar de abordar superficialmente a função económica das associações populares que preocupam (algumas dessas associações já existentes, por enquanto pouco além a ver com a inserção do operário no sistema de participação e controlo da produção — o caso do CDJ da Lusa, nave, que reproduzimos na página 13 é o exemplo de uma excepção que deveria ser copiada), restringe em determinados aspectos e na linha já preconizada pelo PAP, a política económica que poderá vir a ser instituída no país.

Não ao que se refere ao "Campo Interno" de acção dessas associações, já que, ali, os "chavões" por demais divulgados. O "campo sectorial" já está criado (e não é actualmente o capital monopolista que paralisa o desenvolvimento da produção como refere o texto; quando muito paralisava, a não ser que este se referisse ao capitalismo de Estado); a estrutura agrária está em vias de substituição, o saneamento do aparelho do Estado está (embora lentamente) em curso, os meios de controlo da produção pelos trabalhadores já estavam a ser incentivados, e, quanto à definição de políticas económicas globais e sectoriais, elas precisam, antes do mais, de uma definição de políticas internas do país, porque, sem ela, tudo o que venha a preconizar pode ultrapassar ou vir

a ser ultrapassado pela dinâmica imprimida ao processo.

No "Campo externo", os pontos que o documento foca terão forçosamente que influenciar a estratégia económica a definir o País.

Assure-se garantir até às últimas consequências o processo de descolonização (fortemente que estarão aqui envolvidos pagamentos e financiamentos às ex-colónias) e evitar qualquer tipo de hegemonia económica e outras sobre a revolução portuguesa. Este último ponto, também preconizado em termos vagos pelo PAP e fazendo parte indissociável das propostas de desenvolvimento económico apresentadas por Mário Murtreza ao CR, poderá restringir a estratégia que irá presidir ao Plano de Transição 1976/78.

Note-se que, no mesmo dia em que foi divulgado o "plano-guia", os jornais anunciavam em grandes paragens, a assinatura de um acordo de 500.000 contos com a Noruega e a possibilidade de se vir a criar um Fundo de Industrialização com os países nórdicos pertencentes à EFTA (Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia); referiam também os pedidos à CEE (10 milhões de contos) e outras ajudas de países da Europa Ocidental e dos EUA. A este propósito deve assinalar-se a aparente contradição entre o andar a pedir auxílios financeiros a países do chamado mundo capitalista (que, para o fazerem exigem, na maioria dos casos, condições prévias), e, por outro lado, o repisar do tema independência económica, assanando os possíveis financiadores. A não ser que quem negocia essas empréstimos esteja ultrapassado por todo esse processo e não se aperceba do caminho incoerente para um socialismo, mas cujas consequências devem ser

pesadas em termos de bem estar do povo.

## Prioridade ao emprego

Este tema de independência, referido no PAP e no projecto de aliança Povo-MFA, virá a decidir sobre as prioridades a fixar; que toca à estratégia do nosso desenvolvimento económico. De facto, das duas principais opções consideradas, emprego ou balança de pagamentos, o dar-se prioridade à segunda implicaria uma situação substancial da produção com crescentes necessidades de investimento, e consequentemente um recurso substancial ao crédito externo, agravando aquilo que se pretende evitar: a dependência face ao exterior.

Temos, portanto, e como corolário dos dois textos políticos referidos e da própria preferência denotada por Murtreza, que as principais preocupações no que se refere à nossa política económica ficarão assim orientadas por ordem de prioridade: emprego, balança de pagamentos (no caso relativo a balança comercial, pois relativamente aos investimentos — turismo e remessas dos emigrantes — pouco haverá a fazer, enquanto a situação política não estabilizar).

## Consequências

Quais as consequências que se óptica dos responsáveis pelo planeamento nacional, adriço de se dar preferência ao combate ao desemprego?

Primeiramente, refira-se que, para evitar a degradação do desemprego, se conta com o sector agrícola, no qual se pretende criar

mais postos de trabalho e a tar a produção recorrendo, quando imprescindível à colheita agrícola o que é aplicar necessariamente uma da produtividade. Para tal agricultura recorrer-se-á ao da construção civil (hab social), como principal lançador de novos empregos.

Esta estratégia se, no que peita as importações, pretas sua estagnação por imposição restritivas (rezeprando as produtos essenciais cuja a situação a curto prazo é im nível), do lado das exportas apenas pretende que se tenham os níveis anteriores (teriam a quando?)

A política de austeridade adoptar neste caso (a principal preocupação o não c o desemprego, o que deixa i ceder que ela iria incidir sobre produtos importados (um m escalas do que actualmente succe e sobre os rendimentos de o um, (da) a nossa tentativa de terar as taxas, quatro semanas pois de estarem acordadas.

Quanto aos investimentos exto nos, alega-se que, devido à meo sidades de formação de capital e serem muito elevadas, este n seria muito necessário, devendo apoio a determinados sector processar-se com a importação "know-how" e não de dinheiro.

Estas são, em termos gerais algumas das consequências previsíveis e, aliás apontadas pel ministro do Planeamento para economia nacional, caso se es vendeda por dar prioridade ao emprego, o que, dado o contrari do PAP e da Aliança, parece agor inevitável, sendo para mais com uma Europa que face à evolução portuguesa não deve estar interes sada em nos dar ajuda financeira.

# 45 intervenções para se chegar ao plano-guia

COMO habitualmente, a Assembleia do MFA foi aberta pelo Presidente da República que analisou a actual conjuntura internacional. Seguidamente foi apresentada uma proposta de alteração da ordem de trabalhos, passando a Assembleia à análise da actual situação política. Usou da palavra Vasco Gonçalves que sobre esse tema fez uma detalhada exposição à AMFA.

Na sequência de várias intervenções seguintes, surgiram algumas críticas instando-se, ao sentido construtivo ao Conselho Superior da Revolução. Foi então referida a existência de um certo esquivismo em alguns meios, o que foi rebatido energicamente por um oficial de Cavalaria que teria afirmado não existir qualquer esquivismo mas apenas posições de esquerda que não se tratavam com posições reformistas, intervenção essa que não foi rebatida nem contestada por qualquer elemento da Assembleia.

Seguidamente o caso "República" foi tocado numa intervenção e posteriormente retomado no final da Assembleia pelo major piloto "astador" Artur Dias Ferreira, do COPCON (encarregado pelo CR do "alívio" República) que fez à Assembleia uma detalhada exposição sobre o processo de luta daquele jornal, exposição essa que foi aceite pelos vários delegados presentes.

As várias intervenções sobre a situação política actual foram criando na Assembleia um clima de certo modo emotivo, enquanto se acentuavam as críticas. O major Costa Neves apresentou então um requerimento à Mesa, em que se sugeria que cada membro do CR fosse criticado isoladamente e lêsse a sua autobiografia. O requerimento de Costa Neves viria posteriormente a ser transformado

em proposta que acabou por não ser aprovada. Seguiu-se um breve intervalo de cerca de dez minutos, após o qual os trabalhos continuaram, usando da palavra, novamente, a abrir, o general Costa Gomes que referiu a necessidade de serem ultrapassadas divergências políticas, lamentando-se a ocasião em torno do objectivo comum de reconstrução nacional.

Tal como na Assembleia de 25 de Maio, a ligação Povo/MFA tornou-se no ponto mais quente da ordem de trabalhos. Registraram-se durante a sua discussão quarenta e cinco (45) intervenções.

Da Assembleia de 25 de Maio onde foram apresentadas duas propostas, uma apontada CRT's e outra CDR's, saiu uma comissão constituída pelo major Dias Ferreira, do COPCON; major Tomé, do Regimento de Cavalaria 7; e capitão Galias, da Comissão Dinamizadora do Exército. As duas propostas apresentadas na Assembleia anterior viriam a ser estudadas por este grupo de trabalho, acabando por ser aprovada a proposta agora aprovada.

Na sua forma inicial, esta proposta pedia, em certos pontos, por um certo paternalismo, que, no texto final, se verificou ter desaparecido, em virtude de várias intervenções ocorridas durante a discussão da proposta. É curioso notar que as muitas intervenções que foram lidas não tiveram por objectivo atacar a proposta, mas sim melhorá-la sem ou outro ponto.

Ainda durante a discussão desta proposta, um elemento da Armada teria afirmado serem os CRT's uma organização do FRP-BR, pelo que os CDR's seriam a organização apartidária a considerar. Era afirmado sobre o capitão Vasco Lourenço a intervir, afirmando que

"se os CRT's são do FRP-BR, os CDR's são do PC".

É de notar que o documento divulgado na passada quarta-feira sobre a Aliança Povo-MFA, foi aprovado depois das 4 da manhã, com elevado número de abstenções, verificando-se a ausência de alguns membros da Assembleia, entre eles o general Costa Gomes (que se retirou mais cedo, alegando dores de garganta) e o almirante Pinheiro de Azevedo. Por outro lado, o documento, cuja sistematização corresponde, imperfeitamente, a uma ordem de operações militares (introdução, situação, momento de manobra, execução e cumprimento de ordem), não fixa prazos para a entrada em vigor da orgânica estabelecida, pressupondo-se que se trate de um plano a longo prazo (num calendário que poderá assemelhar-se ao seguinte: 5 anos para a assembleia local, até 15 anos para as assembleias municipais, distritais e regionais e mais de 15 anos para a Assembleia Popular Nacional), e não ser que novas alterações do processo revolucionário em curso precipitem a sua aplicação.

Acentua-se que, entre outros assuntos debatidos na longa reunião da Assembleia do MFA, deve atribuir-se importância à exposição do primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, a qual, de certo modo, representou uma interpretação pessoal do Plano de Acção Política do Conselho da Revolução, insistindo designadamente na necessidade de uma imprensa controlada pelo Estado (com a consequente condenação da imprensa independente de capital privado), na agudização da luta de classes e no ataque à burguesia e ao crescimento identitário dos meios de produção. Como se sabe, o relatório de Vasco Gonçalves será

estudado e comentado pelas unidades militares.

Para além da preponderância dos elementos da Marinha (não apenas na Assembleia, mas noutros órgãos: Rosa Coutinho no Secretariado de Apoio do MFA, com 10000 contos ao seu dispor; Rosa Coutinho e Almeida Conreiras no Secretariado Director Coordenador de Informação; Ramiro Correia na 5.ª Divisão; Miguel Judas no Conselho de Extinção da PIDE/DGS; Begonha (CODICE); Jesuino e Moisés na Comunicação Social, etc), para além da diferença de tensão entre o princípio da Assembleia e a calma do final, para além da aliança nem sempre clara entre as chamadas esquerda e extrema esquerda, há que salientar, na Assembleia do MFA de terça/quarta-feira, o papel pouco relevante dos moderados e os ataques ao Partido Socialista. Os chamados moderados pouco intervieram (a excepção de Méio Antunes, que não esteve presente, por exemplo, foi adiada) e parecem preferir outros "terrenos de jogo" (o Conselho da Revolução, por exemplo), onde se sentem com mais apoio. Quanto ao Partido Socialista, não só foi considerado à direita do PPD (que causaria menos entraves ao processo revolucionário), como chegou a ser proposta uma moção verberando as suas atitudes (moção que acabou por ser "transferida" para o Conselho da Revolução).

Durante a sessão, muitos telegramas e outras manifestações de apoio providos do exterior foram chegando reforçando o sentido (e o ambiente) em que eis

decorreu. Não deixou, no entanto, de ser referido o caso MRPP e de ser criticada a prisão de Arnaldo Matos.

No que respeita à Informação, houve o relatório do ministro da Comunicação Social, Correia Jesuino, entre outras coisas, afirmou que aos jornalistas só deveria ser permitido escreverem sobre assuntos dos quais tivessem provas concretas e exibíveis, entendendo ser da responsabilidade do MFA impedir que, quando tal não sucedesse, os profissionais de Imprensa excessivamente (segundo alguns observadores, surgiu aqui a dúvida sobre a eventualidade de o ministro estar a propor a instauração de qualquer tipo de censura).

De qualquer modo, o problema da Informação continuará a ser debatido na próxima Assembleia do MFA, que se realizará na terça-feira. Entretanto o ministro Correia Jesuino teria uma outra intervenção relativamente à situação feita por Rosa Coutinho sobre a ligação Furo/MFA, afirmando que o termo utilizado "organização espontânea de bases" era linguagem FRP-BR, pelo que não deveria ser utilizado. Foi então proposto por um oficial do Exército que se modificasse a expressão para "autónomas e apartidárias", alteração com que o comandante Jesuino concordou.

A terminar a Assembleia, foi exposto o caso "República", durante o qual o major Dinis de Almeida do RALIS veio a fazer uma "questão" interveção.

P.S. — Como habitualmente, o EXPRESSO e os seus "correspondentes" foram citados, em tom mais ou menos humorístico.



# Os Partidos pró e contra a organização do poder popular

NA SEQUÊNCIA da sessão da Assembleia de Delegados do MFA realizada na última terça-feira e cujas decisões foram tomadas públicas, levantando reacções a vários níveis, as formações políticas mais responsáveis publicaram também as suas posições perante os resultados dessa assembleia, defendendo posturas de vista por vezes antagónicas mas que fundamentam quase sempre com a defesa intransigente do processo revolucionário.

Assim: li-se no editorial do próprio boletim do MFA, a propósito do mesmo tema: «O reconhecimento pela Assembleia do MFA dos organismos populares de base representa um passo histórico no avanço do processo revolucionário. Porque é pela participação revolucionária das massas populares que a revolução avança e se afirma; porque é numa perspectiva de verdadeiros órgãos de poder popular que a acção das massas se torna determinante e real; porque é pelo desenvolvimento de um poder popular não dirigido por qualquer aparelho burocratizado que a verdadeira vanguarda revolucionária germinará e conduzirá ao povo português ao socialismo.»

E depois de considerar o documento aprovado na reunião do MFA como «documento-guia», passível de ser melhorado e corrigido, o editorial afirma que não há socialismo divorciado do poder das massas populares, que nenhuma forma de socialismo é compatível com os quadros burgueses do estatismo dirigista, acrescentando pouco depois:

«Dada a essencialidade do espírito do documento, mais do que o da sua letra. É a criação de um

verdadeiro poder socialista e popular (forma superior de democracia) o objectivo. Mas os avanços terão de ser determinados pelas próprias massas populares. Serão elas — e só elas — o motor do processo revolucionário. Não podem haver lugar — sob pena de se subverter a própria revolução — para quaisquer formas de dirigismo da acção popular, para quaisquer tentativas de confundir a dinâmica revolucionária com a dinâmica burocrática dentro de um processo que se pretende seja autenticamente revolucionário. E aqui reside um dos diversos perigos nos quais o MFA deve alertar. E da consciência de tais perigos deve resultar, da parte dos diversos órgãos de base do MFA, a necessidade de uma vigilância: a de, em conjunto com as massas populares, se evitar permanentemente, sob a capa de «organizações unitárias», a penetração dirigista das estruturas burocratizadas com o objectivo de canalizar a acção livre e criadora das organizações populares que vão (ou foram) surgindo, para as vias da subordinação aos interesses dos grupos políticos cupulistas.»

## PCP: «Intervenção criadora na sociedade socialista»

Por sua vez, a comissão política do Comité Central do Partido Comunista Português toma posição em comunicado que refere, logo de início:

«Num momento em que forças reaccionárias e conservadoras procuram contatar e contrariar a revolução portuguesa, tem extraordinário significado a reafirmação do MFA da aliança Povo-MFA como «binómio-motor» do processo revolucionário,

do carácter decisivo da batalha da economia com a formação de um amplo sector estatal e a realização da Reforma Agrária, do estabelecimento efectivo do controlo operário, do reforço do aparelho estatal e do seu saneamento, do papel dos partidos políticos progressistas.

O PCP sublinha particularmente a grande importância das conclusões e decisões da Assembleia do MFA relativa à perspectiva de concretização orgânica da aliança Povo-MFA.

Nos pontos seguintes, o comunicado põe em relevo a importância do «carácter unitário e apertado das estruturas populares e afirma que se a classe trabalhadora e o povo português em geral saberem corresponder às amplas perspectivas de intervenção efectiva na transformação revolucionária do país, na defesa das liberdades, na edificação de um regime democrático, na construção da sociedade socialista.» E pouco antes de, a terminar, fazer um apelo à participação em massa na manifestação convocada (e realizada) pela Inter-sindical, a mesma comissão política considera:

«Certas concentrações e manifestações patronais previstas para os próximos dias, a que os organizadores procuram dar um sentido contra-revolucionário, o agravamento artificial de conflitos sociais, o lançamento ou relançamento de greves inadéquadas à situação ou sem justo motivo, a agitação clandestina, o clima de desprezo pela ordem democrática que se procura fomentar em alguns sectores, continuam a exigir vigilância popular e prontidão das massas para defenderem em quaisquer circunstâncias as conquistas da revolução em estreita aliança com o MFA.»

## FSP: Medidas muito importantes

Também a Frente Socialista Popular, em comunicado, a fazer uma posição pública ao considerar: «As medidas aprovadas na Assembleia do Movimento das Forças Armadas, que é tucionalista, por assim dizer, as bases da aliança Povo-MF podem ser consideradas muito importantes. Efectivamente, algumas das definições contidas no preâmbulo do documento em questão, merecem, pela clareza e frontalidade, o vivo apoio da Frente Socialista Popular.»

E ainda na mesma sequência: «A FSP apoia com firmeza o documento, mas alerta as forças interessadas nesse projecto (classe trabalhadora, organizações revolucionárias e MF para as contradições inerentes existentes nos centros do poder político, nos vários níveis do aparelho do Estado. De pouco se pode esperar o controlo activo, a produção pela classe trabalhadora, se paralelamente se permitir o boicote económico, a incompatibilidade dos interesses representados no Poder.»

De pouco se pode esperar a revolução socialista se paralelamente se mantiver um Governo que contém em si mesmo a oposição à sociedade socialista e que tudo faz, faz e faz para nos conduzir à dependência do capitalismo internacional.»

## PS: «Desprezo pela vontade popular»

Num longo documento emitido pelo Secretariado Nacional do Partido Socialista analisa os resultados da assembleia do MFA como frontalmente contrários ao próprio programa do MFA e à plataforma por ele

atizada com os partidos políticos; «corresponde ainda a uma tomada de posição genérica de muitos equívocos e ambiguidades. E representa sobretudo um desprezo formal pela vontade popular expressa nas eleições de 25 de Abril.»

«E, mais adiante, nos comentários que sece ao aparecimento do documento, diz o PS: «Número são as disposições previstas no documento que invadem o domínio de competência próprio da Assembleia Constituinte, à qual compete, por exemplo, definir o estatuto das comissões de moradores, das comissões de trabalhadores, das instituições de poder local, municipal e distrital ou regional.»

E prossegue: «É extremamente grave que o documento proporia a institucionalização das comissões de moradores constituídas na actual forma (cf 2.2.1 e 3.4.1) e pretenda perpetuar eleições por prazo levantado, igualmente inquietante se revela a preocupação de tutelar militarmente não só essas comissões de moradores mas as próprias comissões de trabalhadores. Completamente diversa é a concepção do PS sobre as associações de moradores e comissões de trabalhadores...»

E após considerar irrelevantes algumas análises e propostas políticas contidas no documento, afirmando ainda ser difícil ocultar algumas contradições que o afirmam, o PS retoma os seus considerandos:

«Não é de facto um «documento-guia de acção prática das unidades militares e organismos populares», de acordo com o que tem sido dito da Assembleia do MFA. As soluções propostas não são ainda exequíveis ao que aparentemente têm de popular. Esta redução do país a um organismo híbrido serve, no fundo e apenas, de cobertura à instituição de uma ditadura, «que na opinião do PS se pareceria muito com a resultante da revolução russa de 1917 que destruiu os sovietos e se desvirtuou até degenerar em «capitalismo de Estado autocrático.»

«Melhor se compreder, deste modo, a razão por que o PCP distingue agora os «socialistas progressistas» do MFA dos que o não são. Há, ainda, militares reacţionários no MFA, como pretende o PCP? E porque se arroga o PCP a competência de avaliar do programa dos elementos do MFA? São progressistas e dizem o monopólio do progresso os que defendem os usos do PCPT? É essa uma manobra divisionista que visa pôr em causa a coesão do MFA.»

E a terminar, a posição do PS é claramente definida como consoante na expressão pluralista da via democrática para a construção de «uma sociedade em que o poder dos trabalhadores se exerça ao quadro da democracia política, com vista a suprimir a divisão dos portugueses em classes.»

## PRP-BR: «Partido no seu lugar»

Pronunciado-se sobre a saída do PS da coligação governamental, na sequência dos acontecimentos desta semana, o PRP-B tornou público um comunicado em que escreve:

«A aprovação do projecto povo-MFA e a saída vitoriosa do jornal «República» foram os factos necessários para a ruptura e dar dentro da actual poder político.»

A saída do PS do governo que decreto será acompanhada do PPD, vem colocar estes partidos no seu verdadeiro lugar: o da oposição ao processo revolucionário.»

Proseguindo com um apelo à vigilância e ao empenhamento das ligações das suas militâncias com a sede e com as direcções regionais e locais, o PRP-B considera que «compete aos trabalhadores, aos revolucionários e aos militares revolucionários tomarem medidas imediatas no sentido da constituição de um novo Governo revolucionário e

Continua pag. 4

# Os Partidos pró e contra a organização do poder popular

Continuação da p. 3

apartidário, acompanhado de medidas firmes de repressão à contra-revolução.»

## PPD: «Contra todas as formas de enquadramento autoritário»

«Entretanto e para o PPD, «a participação popular no processo revolucionário pressupõe, antes de mais, o respeito claro e inequívoco pela manifestação da vontade desse mesmo povo afirmada democraticamente.»

Afirmado em seguida que sem a resolução dos problemas económicos todas as formulas de transformação correm o risco de se tornarem inoperantes, o PPD preconiza a reforma urgente das estruturas organizativas e acrescenta que «uma primeira reforma deve-a o MFA ao Povo para que a aliança de ambos tenha significado coerente e libertador.»

«Em contrapartida», afirma depois, «uma estrutura vertical de assembleias, ditas populares, tal como a proposta, seria antidemocrática porque: as eleições nas bases não assentariam na participação livre de todos os cidadãos, só assegurada pelo sufrágio universal e secreto, prevendo-se a votação sem estabelecimento de cadernos eleitorais

e por braço erguido, com eleição de minorias activistas que isso implica, podendo as situações de facto constituir política dominante; nas eleições das sucessivas assembleias ditas populares não haveria participação directa da «verdadeira vontade popular», uma vez que cada assembleia elegeria uma outra, distanciando-se cada vez mais as cúpulas das suas correntes de transmissão, «prestando-se às manobras e filtragens que orientariam a composição e ideologia da assembleia de vértice. Tal sistema, a ser estabelecido, entraria em confronto aberto com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que é texto constitucional essencial, nos termos do programa do MFA.»

Considerando depois que a implantação de um sistema como o anunciado «suplantaria irremediavelmente a participação dos partidos políticos nos esquemas de funcionamento do processo nacional, o PPD aponta a experiência histórica comprobada de que não é possível a construção democrática de uma sociedade sem a apresentação de diferentes projectos políticos postos à escolha popular, papel esse próprio dos partidos. Os partidos políticos mereceram o voto popular em 25 de Abril de 1975;

pô-lo em causa é pôr em causa de algum modo as próprias eleições, que poderão ser inócuas para alguns mas não a tão fonte de legitimidade e soberania populares.»

E a termina: «A autenticidade do processo revolucionário e que queremos participar com dignidade de homens livres se de resultar da vontade expressos dos cidadãos. Repudiamos tod as formas de enquadramento autoritário, contra ou sem a vontade do povo.»

# A experiência piloto da zona do RE

O DOCUMENTO respeitante à ligação directa entre o MFA e as organizações populares, aprovado na generalidade pela Assembleia de terça e quarta-feira passadas, tem um precedente histórico na experiência-piloto da Assembleia Popular da zona do RE I — Regimento de Engenharia n.º 1 (Ponteinha-Lisboa) e que engloba as freguesias do Campo Grande, Benfica, S. Domingos de Benfica, Carnide, Carnaxide e Odivelas.

## DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS

1. — Mobilizar as massas populares da área para as tarefas da construção do SOCIALISMO em Portugal e nas lutas como a exploração do homem pelo homem.

2. — Fortalecer a unidade das massas populares com os militares, criando órgãos de Poder Popular partidários, que seja o princípio de um novo latido ao serviço dos interesses dos trabalhadores.

3. — Garantir o controle das massas populares sobre a satisfação das suas necessidades (tomando os seus destinos nas suas próprias mãos).

4. — Pôr a economia ao serviço das classes trabalhadoras, através do controle da produção, dos preços, das rendas etc.

5. — Defender o processo revolucionário dos ataques da reacção nacional e estrangeira na via da Independência Nacional e contra o Imperialismo.

6. — Consciencializar e organizar as massas populares com vista a ganharem força necessária para aniquilar todas as tentativas de sabotagem, boicote e outros crimes contra a emancipação dos trabalhadores.

7. — Criar nas massas populares a resistência necessária para vencer os sacrifícios que a construção do Socialismo vai exigir.

8. Elevar a consciência política e cultural das massas populares com vista ao combate contra o individualismo, o egoísmo etc. criando uma consciência colectiva e uma verdadeira Cultura Popular.

## II — PRINCÍPIOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

1. São proibidas as votações secretas sendo as decisões tomadas democraticamente por votação aberta de braço no ar.

2. As minorias devem submeter-se à vontade das maiorias.

3. As decisões são tomadas por maioria simples excepto nos casos em que a AP decida o contrário.

4. As decisões tomadas em AP ou no Comité Revolucionário vinculam todas as organizações populares participantes ao seu bom cumprimento e divulgação.

Do mesmo modo como vinculam também os órgãos administrativos locais a darem todo o apoio técnico e administrativo necessário, dentro das disponibilidades.

5. O Comité Revolucionário dentro das disponibilidades de re-

vogiar a cada momento pela AP Amas como que na mesa participa um delegado do MFA.

a. Laboração de expressão e de discussão de todos os assuntos de interesse geral.

7. Deve ser fomentado o livre exercício da crítica e auto-crítica, como princípio base da discussão, lutando contra todos os métodos repressivos que a impeçam.

8. Aqueles indivíduos que pela sua conduta repetida na Assembleia manifestamente boicotarem o bom andamento dos trabalhos, não se auto-crítico, estão sujeitos a sanção.

## III — QUAIS AS ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPAM NA ASSEMBLEIA POPULAR E QUAL O SEU ESTATUTO

### 1. COMISSÕES DE TRABALHADORES

a) Todos os seus membros participam na AP com direito de intervenção.

b) O número de votos a atribuir a cada CT dependerá do número de trabalhadores da empresa que representa. Propõe-se a estabelecer mais tarde de acordo com um combinado mais rigoroso das empresas da zona.

### 2. COMISSÕES DE MORADORES

a) Todos os seus membros participam na AP com direito de intervenção.

b) Cada CM terá direito a um voto. Prevendo-se a possibilidade de ajustamento conforme um combinado mais rigoroso da sua natureza de classe.

### 3. ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA UNIDADE (ADU)

a) Todos os delegados da ADU têm direito de intervenção e de voto.

b) O delegado do MFA na Unidade preside à Assembleia Popular.

### 4. OUTRAS ORGANIZAÇÕES POPULARES (Colectividades, Bombeiros etc.)

a) Cada uma destas representações por um elemento que terá direito de intervenção.

b) O seu estatuto quanto ao voto, será definido mais tarde, de acordo com as características dessas organizações.

Tanto a imprensa diária como o EXPRESSO, se referiram com algum relevo aos trabalhos dessa A. Parece-nos, no entanto, interessante publicar na íntegra a proposta que lhe está subjacente e que, como se verá considerou em diversos passos, o «plano-guia» da Assembleia do MFA.

## Eis o conteúdo da proposta da zona do RE I:

### 5. JUNTAS DE PRÓQUESA

a) Estão representadas por um elemento de cada uma, com direito de intervenção e de voto.

### 6. PRO-COMISSÕES DE MORADORES E PRO-COMISSÕES DE TRABALHADORES

a) As Pró-Comissões têm 30 dias no máximo para se tornarem em Comités.

## IV — ESTRUTURAS DA ASSEMBLEIA POPULAR

### 1. COMITÉ REVOLUCIONÁRIO DE ZONA

1.1. Funções do Comité Revolucionário de Zona

a) O Comité Revolucionário de Zona tem como principal função a dinamização de todo o processo, servindo de executivo permanente da AP.

b) Faz o levantamento de zona com base nos relatórios (obrigatórios) de todos os órgãos populares que constituem a AP. A partir desse levantamento, vai elaborando um programa de trabalho de resposta aos problemas prioritários, nos seguintes campos principais: HABITAÇÃO, SAÚDE E INFRAESTRUTURAS SOCIAIS, TRANSPORTES, ENSINO, ABASTECIMENTO E PREÇOS E CULTURA POPULAR.

c) Deve dar seguimento e cumprir todas as tarefas da AP.

d) Fornecerá a todos os órgãos populares informações e outros elementos necessários à preparação da sua participação na Assembleia.

e) O CRZ terá finalmente de promover a criação de órgãos de poder popular em locais onde ainda não existem.

### 1.2. Composição do Comité Revolucionário de Zona

a) O Comité Revolucionário de Zona é constituído por:

1) PRESIDENTE — Delegado do MFA na Unidade Militar;

2) VICE-PRESIDENTES — 1 das Comissões de Moradores e 1 das Comissões de Trabalhadores.

3) Representantes das Comissões de Trabalhadores.

4) Representantes das Comissões de Moradores.

5) Delegados da ADU.

b) Serão em número igual representantes das Comissões de Moradores, das Comissões de Trabalhadores e da ADU.

c) O número total de elementos do Comité Revolucionário de Zona terá de ser definido mais tarde de acordo com as tarefas a cumprir. Será necessário garantir que número de elementos é ímpar e q

permita por um lado, ter suficiente representatividade, e por outro lado, ter condições de funcionamento de acordo com as condições do número de elementos não se desmesuradamente elevado.

### 1.3. Eleição do Comité Revolucionário de Zona

a) O CRZ terá de ser eleito pela Assembleia Popular.

b) Até à sua eleição manter-se-á em funcionamento um Secretariado Provisório.

c) Na próxima Assembleia será decidido o processo de eleição do CRZ.

## ADENDA (Sobre o Secretariado Provisório)

a) O SP convocará a próxima Assembleia, onde acabará as suas funções e será eleito o Comité Revolucionário de Zona.

b) O SP fará um apêndice dos principais e mais urgentes problemas. Esse apêndice será apresentado na próxima Assembleia onde serão aprovadas quais as primeiras acções a desenvolver.

## 2. OUTRAS ESTRUTURAS

De acordo com o anexo da actividade da AP serão constituídas novas estruturas de coordenação das organizações ou de carácter executivo.

## V — QUEM CONVOCA O COMITÉ REVOLUCIONÁRIO E A ASSEMBLEIA POPULAR

### 1. O COMITÉ REVOLUCIONÁRIO DE ZONA

Pode ser convocado por:

— Pelo Presidente ou pelos 2 Vice-Presidentes em conjunto.

— Por mais de 50% (metade) dos representantes das Comissões de Moradores no CRZ.

— Por mais de 50% (metade) dos representantes das Comissões de Trabalhadores no CRZ.

### 2. ASSEMBLEIA POPULAR

Podem ser convocada por:

— Pela ADU.

— Pela CRZ.

ONETO, Fernando

## Fernando Oneto fala ao EXPRESSO

### Sobre o caso da Comissão de Extinção e dos arquivos da PIDE

**EXPRESSO** — A fuga dos "pídes" de Alcoentre veio chamar a atenção do público para os Serviços Prisionais Militares. Não foi você que criou esses Serviços?

**F.O.** — Criador... Bom, se quiser. Eu diria antes organizador.

**EXPRESSO** — Conte a história.  
**F.O.** — O motivo da Penitenciária veio evidenciar a falta de um Serviço que condensasse a vida prisional dos ex-agentes da PIDE/LP e pessoas com eles relacionadas, nos seus aspectos disciplinar, administrativo, assistencial, etc... Em face do que propus eu então presidente-executivo da Comissão de Extinção, Comandante Conácio Silva, a criação dos S.P.M., Enthusiasmado com a ideia, de imediato a transmiti ao general Galvão de Melo — o elemento da antiga Junta de Salvação Nacional que, nessa altura, superintendia a Comissão de Extinção — o qual, por sua vez, a levou à aprovação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Foi então decidida a criação da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais Militares, directamente dependente do elemento da Junta que superintendesse a Comissão de Extinção, ampliada a sua jurisdição aos presídios militares e às casas de reclusão dos Governos e Regões Militares de todo o País, regidos por legislação arcaica e obsoleta e aplicado com critérios extremamente dispares. O director-geral dos S.P.M. seria um coronel a nomear oportunamente. Nesse sentido foram contactados diversos oficiais, mas nenhum quis aceitar... O 28 de Setembro ainda vinha longe. Depois desta data os pretendentes seriam numerosos.

**EXPRESSO** — Porquê?

**F.O.** — Porque nessa altura o espectro da contra-revolução ameaçava tornar-se uma realidade. A partir do 28 de Setembro esse género de oportunidades passou a pisar um terreno mais firme.

**EXPRESSO** — E depois?

**F.O.** — Como não aparecesse um coronel prospectivo, fui nomeado director-geral adjunto, com o encargo imediato de organizar o sector referente aos "pídes". O que foi, com entusiasmo, bom-lê e muito trabalho. E por 8000\$000/mês (sem descontos), é da mais elemental justiça referir aqui que, sem o apoio que sempre me foi prestado pela Direcção-

-Geral dos Serviços Prisionais Civis, o meu trabalho não teria sido possível.  
E, prosseguindo, enquanto estive à frente dos S.P.M. nunca mais se ouviu falar nos "pídes".

**EXPRESSO** — No seu entender, como foi possível a fuga de Alcoentre?

**F.O.** — Se me permite, eu começaria por dizer que o termo "fuga" não é aplicável a este caso. Eu chamaria-lhe antes "transferência". Pois se vamos chamar fuga à transferência de 87 "pídes" da Casa de Repouso de Alcoentre para lugares porventura mais aprazíveis, que palavra baveamos de reservar para as corajosas evasões de Alvaro Cunhal, Palma Inácio, Jaime Serra, Henrique Galvão, etc.?

A saída dos "pídes" de Alcoentre explica-se do mesmo modo como têm de ser entendidos sem preocupação de os ordenar cronologicamente os casos "República", "Rádio Renascença", "Comissão de Extinção", "1.º de Maio de 75", "Confirmação pelo J.I.C. da prisão de 6 elementos da família Espírito Santo" e tantos outros que seria fastidioso enumerar: Degradação do poder-Crise de autoridade-Escalada atrevida da irresponsabilidade-telecomandada.

**EXPRESSO** — NA CARTA ABERTA AO COMANDANTE "PA" (Diário Popular, 5-7-75) Piteira Sagos diz a certa altura:

"Quando se substituí um Fernando Oneto (qualquer que sejam os seus delitos) por um Xavier (qualquer que sejam as suas virtudes), criam-se, objectivamente, as condições para o "sucesso" de Alcoentre..."

Gostaria de conhecer a sua opinião acerca desta afirmação.

**F.O.** — É sempre penoso estabelecer uma comparação entre o trabalho de duas pessoas que desempenham o mesmo cargo, sobretudo quando se é parte. Acresce que simpatizo pessoalmente com o comandante Xavier.

Em todo o caso, penso poder objectivar a comparação de Piteira Sagos da forma seguinte: o comandante Xavier não sabia que entre os penionistas de Alcoentre estava Gomes da Rocha, o assassino do militante anti-fascista Ribeiro dos Santos. Eu, logo que vim do exílio, procurei localizar e prendi juntamente com três fa-

zileiros) António Domingues, o assassino do militante anti-fascista Dias Coelho.

**EXPRESSO** — Note que você aplica exactamente a expressão "anti-fascista" a militantes de dois partidos políticos que se guerreiam de morte. É intencional?

**F.O.** — É, sim senhora. Em exclusivo proveito dos revolucionários do 28 de Abril, do 29 de Setembro e do 12 de Março está-se a desenhar contra os anti-fascistas uma campanha de minimização, de descrédito, quicá de suspeição que urge, desde já, denunciar. É assim, por exemplo, que Eduardo P. Coelho escreve em letra de forma que, ser-se anti-fascista, "face ao processo em que estamos inseridos", não quer dizer rigorosamente nada. E é também assim que ouvi ao novo director da Emissora Nacional (um militar cujo nome não fita), no seu discurso de posse — escutada certamente por largas centenas de milhares de pessoas — que os anti-fascistas seriam contra-revolucionários "desde que não se inserissem no processo". O que me leva a meoçar que possa muito bem vir a acontecer um dia destes esta coisa sinistra (mas não completamente original em Badajoz): ou os anti-fascistas "se inserem no processo" ou são fuzilados no Campo Pequeno à ordem dos donos do "processo" — que não são, ao que parece, anti-fascistas. Pois claro...

### Comissão de Extinção da PIDE

**EXPRESSO** — Os últimos acontecimentos ocorridos na Comissão de Extinção da PIDE/DGS à LP têm alguma relação com o seu afastamento em Fevereiro último da referida Comissão?

**F.O.** — Antes do mais, devo esclarecer que não fui afastado nem tão pouco me afastei da Comissão de Extinção — à qual, de direito, continuo a pertencer. O que acontece é que, em virtude de um acto de gangsterismo de uns tantos aventureiros que tomaram de assalto a direcção da referida Organização (de que fui um dos fundadores), estou faticamente impedido de entrar nas suas instalações. Pelo que sou, certamente, o único trabalhador deste país que

está impedido pela entidade patronal de aceder ao seu local de trabalho. Nesse aspecto, sim, "processo" é verdadeiramente original. Acresce que não me foi dada por ninguém, verbalmente ou por escrito, qualquer ordem de despedimento, menos ainda, naturalmente, qualquer justificação para o facto.

De resto, para melhor se avaliar o estado moral destes cavalheiros — isto é verdadeiramente incrível, mas é rigorosamente verdadeiro! — bastaria dizer que não me pagaram os dois últimos meses em que prestei serviço e ainda por cima me colocaram em vias e tal contos que eu andava para uma deslocação em serviço ao estrangeiro, em que fui acompanhado por um inspector da Polícia Judiciária.

Por que tudo isto, porém, é a cobertura dada pelas altas instâncias do poder (7) a arbitrariedades desta natureza. Requerimentos ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a pedir um inquérito à minha actividade na Comissão de Extinção e uma sindicância ao seu funcionamento, não mereceram, sequer, qualquer despacho. Pedidos de audiência ao senhor general Costa Gomes (na sua qualidade de Presidente da República) e ao senhor almirante Raul Couinho (na sua qualidade de responsável máximo pela Comissão de Extinção) ou foram denegados ou, pura e simplesmente, ignorados.

Respondendo concretamente à sua pergunta: a toda de demissões que recentemente ocorreu na Comissão de Extinção deu-se pela mesma razão que levou à saída de Alfredo Caldeira e ao golpe contra mim, isto é, a evidente e descarada criação de uma polícia política controlada pelo Partido Comunista, a partir daquele Serviço Público.

EXPRESSO — Em entrevista concedida à Agência ANI, porém, o senhor Judas afirmou que o Partido Comunista não teve nunca o domínio dos ficheiros e arquivos da FIDE e ainda que os seus militantes estiveram sempre em minoria em relação aos militantes dos outros partidos que trabalhavam na Comissão de Extinção.

F.O. — E quando o senhor Judas foi uma noite ao Reduto Sul do Forte de Casais (já lá vai um bom par de meses) "pedir emprestado" um processo referente ao anti-fascista Salazar de Saadhes? Foi um militante do Partido Comunista que lho entregou. Passado pouco tempo, por meio de pastilhas amplamente distribuídas, vinha a público reprodução ínter-verbis, um auto desse processo — aliás não assinado. Se isto não é dominar os arquivos da FIDE...

No dia 29 de Abril de 1974 estavam a trabalhar em Casais sem civis, sendo cinco do PC, dos oficiais que ali prestavam serviço, os que não eram partidários (e eram-no na sua quase maioria, diga-se a verdade) eram do PC. Se isto não é estar em maioria...

EXPRESSO — Quem eram esses sem civis?

F.O. — Rogério de Carvalho, Veiga de Oliveira, Gaspar Ferreira, Graca, João Honrado — todos do PC — e eu. Como vê, pelo menos três daqueles meus colegas são figuras muito impor-

tares não só ao nível do seu Partido mas também da vida nacional.

EXPRESSO — Você pertence ao Partido Socialista e à LUAR. Como é isso possível?

F.O. — A minha ligação com estas duas Organizações vem de muitos anos antes do 25 de Abril. Eu já pertencia à ASP — Acção Socialista Portuguesa (estive até preso por isso em 1950) quando entrei para a LUAR. Como eu sempre estive convencido de que o fascismo só cairia pela força — como se viu — e a luta armada não era naturalmente a vocação da ASP, entrei para a LUAR, onde havia gente das mais variadas opções políticas unida no firme desejo de derrubar a ditadura fascista. Após o 25 de Abril, a LUAR persistiu em manter-se como organização política autónoma, mas do seu Congresso não saiu, como era indispensável que saísse, um projecto político definido. Esta indefinição origina necessariamente muitos equívocos. Eu e muitos outros companheiros de luta entendemos a LUAR como uma organização de vigilância anti-fascista (que bem necessitaria ainda é) enquanto as suas bases não decidirem democraticamente outra coisa.

Deste modo, nada tenho a ver com as tomadas de posição que alguns sectores da LUAR entendem tomar públicas em seu nome, nomeadamente quando colidem com as posições do PS — Partido a que dou o meu total apoio e a minha inteira solidariedade.

EXPRESSO — Voltando aos "pides". Porque não foram aliás julgados, nem sequer se prevê quando o serão?

F.O. — No meu entender, o não julgamento dos "pides" tem muito a ver com a crise de autoridade que tanto tem prejudicado a situação emergente do 25 de Abril. Correndo o risco de repetir declarações já feitas sobre este mesmo assunto, coloco o problema do seguinte modo: Nenhuma lei actualmente em vigor, classifica de criminosos os actos dos "pides", praticados nessa qualidade. O Código Penal Português, por exemplo, não prevê crime de tortura. Deste modo, para julgar os "pides" de acordo com a legislação em vigor, haveria de decretar-se um torturador pelo crime de ofensas corporais (e era preciso que se tratasse de tortura física) o que renderia ao criminoso, qualquer coisa como três meses de cadeia. Fora de causa, portanto.

O poder, pois, terá de ter a coragem de promulgar uma lei substantiva incriminatória das actividades dos "pides", que todos muito justamente consideramos criminosas, mas que não estão previstas no Código Penal. E só há três hipóteses possíveis:

- 1.ª Promulgação de uma lei penal com efeito retroactivo.
- 2.ª Enquadrar a FIDE (e as outras organizações repressivas fascistas) na figura jurídica de "associação de malfétores" — e neste caso até se poderia aplicar a lei vigente.
- 3.ª Aplicação aos "pides", por via administrativa, de medidas de segurança com internamento, graduadas de acordo com a perigosidade de cada um.

E não há que sair daqui.

F. O.

## Crise e país real

CONSIDERADO por uns sintoma inquietante ou inequívoco de opção do MFA pela democracia popular, exaltado por outros como passo decisivo para a entrega do poder ao povo, o plano-guia que institucionaliza a ligação entre o MFA e as organizações populares polarizou as atenções dos portugueses durante a semana que hoje acaba.

Concebido para ser aplicado a longo prazo, o documento mais não fez, por enquanto, do que consagrar realidades já existentes — as comissões de trabalhadores e as comissões de moradores — e preparar, com maior probabilidade de concretização em certas áreas urbanas (Lisboa, Porto, Setúbal), o funcionamento de assembleias locais.

A repercussão da divulgação do plano-guia aprovado na generalidade pela Assembleia do MFA justifica-se, (ver págs. 2, 3 e 4) não apenas pelo seu conteúdo, mas também pelas controvérsias políticas que provocou.

Não pode, no entanto, ignorar-se ou apagar-se outros acontecimentos da semana que revelam não estar debetada a crise grave que o país atravessa.

Por um lado, a situação económica (ver inquérito págs. 14 e 15) continua a agravar-se. As demoras na discussão antecipada do Plano Económico (que obriga a defenir os contornos da sociedade portuguesa nos próximos 3 anos) e na adopção de medidas de austeridade (de carácter impopular e que atinge as classes mais favorecidas) são prova das dificuldades políticas e não apenas técnicas encontradas neste sector.

Por outro lado, a clara posição do PS quanto ao seu regresso ao Governo (ver página 1), as eventuais condições do PPD no mesmo sentido (ver página 1) o significativo micro-cosmos que é a Assembleia Constituinte de futuro incerto (ver págs. 1 e 7) demonstram que os problemas puramente políticos portugueses não se resolvem apenas pela publicação do plano-guia atrás citado.

Cada vez se torna mais necessário o saber o que o país real quer. Um país que não se reduz às vanguardas minoritárias das grandes cidades e que não é espelhado pela larga maioria dos órgãos de comunicação social. Um país que aprende a gozar da liberdade e não quer perdê-la (ver entrevista de F. Oneto pág. 6). Um país que não quer nem pode permanecer na indecisão causada pela permanente neutralização provocado pelas forças que se opõem aos órgãos do poder. Um país que não aceita modelos políticos que não tenha escolhido por sua própria e livre vontade. Um país que preza a sua independência, que se orgulha da sua capacidade de trato com todos os povos, mas que, sensatamente, não esquece ser europeu. Um país que entende serem compatíveis socialismo e democracia e ser possível a democracia no pluralismo.

Este é o país real. E se, como tudo indica, a hora é (ainda) de crise, é com esse país real e por esse país real que a crise tem de ser resolvida sem demoras.

LOPES, A. Martins

# A gopada de 4 de Julho

A. Martins Lopes

Quousque tandem abutere, reatio, patientia nostra?

1. CICERO perguntou "Até quando abusar, Caíla, da nossa paciência?", mas nós preferimos pôr a questão de outra maneira: "Até quando abusará, reacção, da nossa paciência?"

Porque, na realidade, a reacção abusou na sexta-feira não passado semana. Aliás, já vinha a fazer algumas ondas uns dias antes. A reacção falava de golpe. Ao que se assistiu, porém, não uma gopada.

Para se fazer uma ideia completa da tramóia, terá sido necessário recorrer aos verspetros de sábado último. Fizemos deles leitura atenta e, na verdade, ficámos siderados. Até onde a reacção chegou!

A dar-mos crédito àqueles jornais, de há tempos atrás vinham a notar-se pronúncias da "hora grave que a nação atravessava" (para utilizarmos a consagrada expressão de António), seguidos o conceituado "Diário de Lisboa", eram os condões laborais que se agudizavam nas últimas semanas ("República", Rádio Renascença e TUP); era a Lei de Imprensa que se punha em causa; era a nacionalização da Rádio; era a cabeça de um ministro comunista que se pedia (provavelmente, numa bandeja, como a de S. João...), eram as comunicações que se deterioravam em Lisboa; era a crise da Constituinte; era o silêncio de certos Partidos (estratégias muito curtos, como se aguardassem dia crucial para o processo); eram os rumores de pressões para que Vasco Gonçalves se demitisse, ou de oferta de demissão pelo primeiro-ministro, bem como de outros membros do Governo; era a indicação de personagens carismáticos que se fazia aqui e ali para "salvadores da pátria"; e até do Rio de Janeiro veio o iniquitativo conteúdo de um ex-oficial de Spínola (sugerindo — o "homem do caco" em breve teria de ser tratado por "presidente"); era o embaixador Carriço a sair de Lisboa e a fixar-se na base americana de Torrejón — para tratamento — enquanto por Espanha passava o n.º 2 da CIA o general Walters; era a proximidade da independência de Cabo Verde; era o arranque efectivo da Reforma Agrária; era a fuga dos pides de Alcoentre; era o ambíguo comunicado do PDC sobre o assunto; eram — "the last but not the least" — os movimentos de tropas que tinham sido observadas na tarde de sexta-feira.

Era... era... que sei eu! Disse-se até que na sede do Movimento Democrático das Mulheres já se tinha começado a queimar material de arquivo! E quando no MDM se desmontou documentos é porque a coisa está feia!

2. PERANTE este fundo tão negro, as massas mobilizaram-se imediatamente para "travar o passo à reacção": nos sindicatos, nas fábricas, nos escritórios, a "vanguarda da classe operária" organizou a defesa da revolução, promovendo vigilância revolucionária nos locais de trabalho e reuniões gerais de trabalhadores para debate da grave crise — falava-se de um iminente "golpe palaciano"...

Mas enquanto se desenvolvia todo este esforço sobre-humano — pa-me-se! — meia dúzia de transviados, alienados pelos inimigos do povo, pelos reacçãoários e por grupúsculos "esquerdistas", meia dúzia de loucos, em suma, passaram-se anarquicamente pelas ruas de Lisboa, em complicadas deambulações, com objectivos pouco claros mas decerto mais que suspeitos. E, para que a conspiração fosse ainda mais maquiavélica, por outras ruas da capital, quase à mesma hora, um segundo pequeno número de energúmenos ao serviço da reacção e da burguesia pseudo-radical proclamava o que dizia ser a "justiça" da sua luta, luta que paralisara os telefones de Lisboa e espalhara o caos nas comunicações, que amocera e interromper o normal serviço das carreiras aéreas, do metropolitano, etc.

3. SO QUE... a primeira destas manifestações, organizada pelos trabalhadores da Siderurgia Nacional e que prontamente contou com a adesão dos operários de muitas outras empresas e fábricas e algumas organizações partidárias, tinha por objectivo: protestar contra a forma benévola como os pides são tratados nas prisões em que ainda se encontram; exigir um julgamento verdadeiramente revolucionário dos que ainda não conseguiram fugir; apoiar os elementos mais progressistas das Forças Armadas; exigir uma informação ao serviço da classe operária; denunciar a burguesia no Poder; exigir da total e completo saneamento do aparelho de Estado e o desmantelamento do CDS e do PDC. Só que o segundo núcleo manifestante proclamava que as suas lutas eram uma só e única luta, e essa era a da

classe operária contra a exploração burguesa e capitalista. Afinal, e embora não se tenham fundido num único cortejo, tratava-se de uma só e grande manifestação que, não tendo sido convocada à sombra de bandeiras de partidos "de massas", reuniu no total cerca de meia centena de milhares de trabalhadores.

E então assistiu-se a este fenómeno que só na aparência é paradoxal: nenhum dos Partidos da coaleção governamental se associou à manifestação unitária! Donde se conclui que nem o PPD, nem o PS, nem o MDP/CDE, nem o PCP, os Partidos que formam o actual Governo — dito revolucionário — manifestou estar interessado:

a) em pôr termos às férias pagas dos pides;

b) em julgá-los de forma exemplar;

c) em apoiar os elementos mais progressistas das Forças Armadas;

d) em pôr a informação deste país ao serviço dos trabalhadores;

e) em retirar o Poder à burguesia;

f) em sanear total e completamente o aparelho de Estado;

g) em ver desmanteladas as organizações fascistas que se dão pelo nome de CDS e PDC.

O que já se sabia e está mais do que provado.

Mais: as medidas tomadas pela auto-constituída "vanguarda da classe operária", procurando obter os operários nos seus locais de trabalho e criando um autêntico clima de história, outra coisa não fizeram que desmobilizar muitos trabalhadores ainda indecisos e afastá-los de participar no que foi a primeira verdadeiramente grande jornada de unidade proletária e que Lisboa assistiu desde 25 de Abril do ano passado.

O que, afinal, era o seu objectivo n.º 1.

4. QUE dizem agora os trabalhadores conscientes deste país? De calhar não dizem nada e limitam-se a fazer a verdadeira Revolução. Se calhar, apenas vêm confirmar-se aquilo que muitos já pressentiam e que outros já tinham como certo: que fazer o jogo da reacção é tarefa de que se incumbem não só os reconhecidos fascistas, mas também todos os Partidos burgueses, quer se autorem como o Partido social-democrata, do reformismo ou do revisionismo.

Se calhar, ao contemplarem o triste espectáculo destas gopadas, dizem apenas como o Fernando Tordo no "Fado de Alcoentre": Que m...!



FRANÇA,

José Augusto

TRAVAM-SE neste momento diversas «batalhas», das quais a menor não é certamente a da arte e da cultura. Se, num país a braços com graves problemas económicos (provenientes em parte de uma prolongada indefinição política), os afrontamentos entre artistas e intelectuais e os poderes públicos podem parecer secundários, basta atentar nas experiências de outras revoluções para ser evidente que a livre criação e o pensamento livre — correctamente entendidos! — são algo não só a salvaguardar mas a fomentar desde o primeiro sopro da revolução. Por isso dedicamos hoje tanto espaço neste jornal a problemas de cultura. E continuaremos a dedicar. Além deste artigo de José Augusto França, a quem se deve a iniciativa, como novo responsável do CNC, de interessantes e polémicos debates sobre o assunto, também o tratamos nas págs. 18/19.

O artigo sobre o actual panorama político é do nosso redactor Álvaro Martins Lopes. Apenas fazemos notar que foi redigido antes da manifestação de ontem.

# Sobre cultura e política cultural

José-Augusto França

A IMALENTE passagem da Secretaria de Estado da Cultura do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério da Comunicação Social levantou críticas teóricas e práticas que vieram a público. As três Academias portuguesas não puderam, naturalmente, alhear-se do problema, ao pedirem a sua manutenção no Ministério da Educação, passando a Secretaria de Estado da Investigação Científica a que, aliás, por definição e responsabilidade, devem pertencer. Não cabe aqui apreciar a passagem referida mas apenas esboçar algumas considerações sobre princípios em que possa ou deva basear-se uma acção cultural, num departamento cultural de cultura. Ou num futuro ministério que um responsável do MFA confessou, há seis meses, ter havido «demasiado receio» em criar. Pode então supor-se que a actual situação é transitória — mas pode pensar-se também que agora é demasiado tarde e demasiado cedo para corrigir-se a opção assumida e que melhor será esperar os resultados da actual reforma, quer duer, deixá-los chegar às consequências porventura prejudiciais que em si acarretem.

Mas o principal problema que se levanta nesta reforma é particularmente significativo; trata-

se da distinção entre «Cultura» e «Cultura Popular», a que se deve justar a «Alta» ou «Super» Cultura, sendo naturalmente a «popular» uma «sub-cultura». Trata-se de classificações vindas do Estado Novo e dos seus pruridos universitários e professorais que traduzem falsos problemas ou uma falsa maneira de os pôr, a margem duma definição estrutural de cultura que não pode admitir demagogias de sinais contrários.

## Cultura, um conceito horizontal

O conceito de cultura que possa fundamentar uma política tem que se basear numa mentalidade antropológica, eliminando, por influência anglo-saxónica predominante hoje, a fixação exclusiva nos aspectos superiores, sendo nas «floreas» da civilização que, durante muito tempo, e ainda na linguagem hoje corrente, assumiam e assumem ineerentemente o significado da palavra, deixando para outro nível, inferior, as formas expressivas próprias das classes «incultas», ou seja do «povo», numa espécie de «cultura popular», dominada de alto. Assim se justificam paternalismos e colonialismos culturais, e hierarquizações que afinal contrariam o sentido hori-

zontal que o conceito adquiriu, em função de uma consciência moderna dos fenómenos implicados. Não se trata, em suma, de opor à «cultura cultivada» outras «culturas» que não sejam as mesmas vias processuais e ainda menos de exercer numa «cultura» deformadora da sua «singularidade» — mas de integrar os dois sistemas numa vivência global. Os comportamentos aprendidos e transmitidos no quadro social, definido no tempo e no espaço, e em função de estruturas materiais e psicológicas, mas, e paralelamente, a criação e a inovação com os seus processos internos e externos, configuram a cultura, permitindo compreendê-la nos termos estruturais necessários. Modos de pensar, de agir, de sentir e de agir, maneiras de transmitir e de herdar, processos de criar, globalizam a cultura, responsabilizando-a em termos de simbolização diferencial. São estes termos que importa usar, em linguagens utilitárias ou especulativas, através dos mais variados meios de expressão e instrumentos de trabalho operando em diálogo.

As artes literárias e outras e as ciências humanas e sociais constituem o fito de uma actividade cultural de responsabilidade governativa que integra na sua definição e na sua expressão todo o complexo de conhecimentos e de práticas que a cultura é ou que a compõe.

Não significa isto uma redução a aspectos privilegiados mas uma situação das formas correntes e quotidianas do labor cultural em termos específicos não integráveis em outras práticas ou em conjuntos referidos a ciências exactas ou a técnicas, com as suas problemáticas sectoriais, às quais, de resto, podem corresponder outros departamentos governativos — como o do ensino, o da justiça, o da informação, o da economia. Todos eles, naturalmente, assumem posições culturais na sua acção — e governar é já exercer, fazer cultura. Os aspectos da cultura que aqui nos interessam não são mais desinteressados que os outros, ditas práticas ou técnicas: as relações humanas e sociais em que eles intervêm são por natureza essencialmente interessadas — na espécie e no seu viver em colectividades organizadas. Eles dizem respeito a um processo de relacionamento e de convívio, através dos veículos sensíveis e intelectuais que são as obras de arte ou os documentos de reflexão crítica ou circunstanciada, ou ainda os instrumentos que permitem a realização desses objectos e a sua circulação, difusão e consumo; e também a

sua vulgarização. O conjunto destas funções constitui o processo operatório da cultura — e uma política cultural define-se pela proporção relativa de cada uma delas, pelo acento que se atribua à criação e à actualização e à vulgarização, como adiante discutiremos.

Desde já, porém, cabe aqui uma referência à acção do «Departamento Cultural» desenvolvida pelo MFA, que envolve as três funções. Não deixamos analisar de perto essa acção cujo carácter mais positivo será de «socialização cívica», que aliás entra na designação oficial, significativamente abreviada: limitemo-nos a frisar que o projecto foi definido à margem do departamento oficial da cultura do MEC, e a deixar em suspenso a participação que em tal acção vão ter alguns escritores nacionais, a isso decididos no seu recente Congresso.

Todavia, confusamente embora, dois princípios importantes emergem desta acção, considerada latamente, cujo carácter essencial convém salientar: a democratização e a descentralização, aliás interdependentes.

Sem que isso nos leve, demais, a discussão do que seja a «democracia», governo ou gestão de representação popular, importa lembrar a veísta dissociação de Machelo e consequentemente de Herculano sobre «populo», «populus» e «o plebeo», normativa a primeira classificação, pejorativa a segunda e sujeita a todo um tratamento demagógico que, por fácil e imediatamente vantajoso, mais correntemente, quando se fala ou se sabe falar de «povo», em Portugal, evoca as estruturas do «populus» são froutas e as das «plebes» dessecárias por impossíveis...

O problema da «democratização» da cultura evoca, por pressão opositiva, o das «elites» culturais. A imediata condenação destas é resultado preconcebido ou preconceitual, sem se reparar em que a sua situação não foi objecto de uma definição clara e esclarecedora. Por isso, é grande o risco de, visando o «elitismo», se atingir (sem querer, ou querendo...) a qualidade! Neste domínio, a discussão é por vezes impossível, na medida em que, recusando-se alternativas concretas, indispensáveis, na realidade movente (porque cultural) que está em questão, furtivamente se pretende uma solução maniqueísta tão comédia quanto primária.

As «elites» «elitistas», «escolhidas» (como a designação indica — e também, no melhor, a palavra vernácula «escol», que a traduz) por mérito e capacidade,

que o trabalho prove não podem opor-se a uma descentralização do próprio trabalho ou do acesso a ele: seria um contra-senso. Pois como escolher sem bases sobre as quais efectuar a escolha ou eleição? Um criador, um homem de cultura, é sempre escolhido pela sociedade, eleito em função desse diálogo de forças. Se os processos improprios da escolha devem ser atenuados ou anulados, e são estes os das variadas prepotências socio-políticas que os regimes totalitários possibilitam sempre, e o capitalismo burguês de certo modo facilita.

Mas o equívoco deve ser situado no plano do consumo, e a palavra «elitista» substituir o termo «oligopolista». Fundamentalmente e que se ataca é uma cultura «oligopolista», de riqueza e pouco decorativa, alheia a qualquer necessidade de estruturas e de trabalho. Importa atender no que se diz e em como se diz.

## A descentralização

O problema da «descentralização», por seu turno, vem por em causa a tradição do país macrológico que o liberalismo igualista, sobre os escombros do absolutismo real.

A diversificação das culturas locais ou regionais (limitamos no plural de culturas), mesmo na pequena área de Portugal (e sem esquecer as tão esquecidas ilhas ditas adjacentes...), é um facto de antropologia que deve ser tido em consideração. Não cabe aqui apontar os elementos físicos e sociais dessa diversidade mas tão-somente insistir nela.

Por outro lado, porém, importa atender o princípio da «descentralização» de maneira dinâmica, conduzente a uma organicidade dentro de corpo social, com as suas variadas funções e as suas diferentes localizações. Uma soma de autonomias, de autarquias, seria o contrário da descentralização almejada; pois, para o consumo orgânico, não se perde o que importa é que, numa consciência globalizante, cada parte reflita dinamicamente, no seu particularidade, o todo nacional necessariamente compatível. Ao contrário, assistiríamos ao despertar de reflexos de autoridade polémica e incorrencial, facilmente mantidos por fins já não necessariamente culturais.

O que constituiria exactamente o contrário daquilo que a política cultural deve e pode proporcionar.

O governo que defina tal política dispõe, por natureza, do poder político de decisão, demo-

craticamente (isto é, parlamentarmente) aprovado, mas a sua acção deve estar limitada aos tramites em que a decisão é determinada por todos os factores envolventes, de ordem ideológica e dos interesses profissionais em jogo. Quer isso dizer que ao poder político assumido, ou seja recebido por delegação da nação, não cabe uma função impositiva ou de controlo ou fiscalização, mas apenas o exercício dum serviço útil e indispensável à comunidade, que se traduz pela criação de condições instrumentais apropriadas e em bom estado de funcionamento.

Aqueles que reclamam «socializações» culturais com o consequente controlo ou direcção paternal e burocrática vêem-se automaticamente e sinceramente... em certos de comando, mesmo medíocres (porque quase sempre são medíocres as suas habilitações), mas sempre poderosos numa instância prática ditatorial, contrária às liberdades fundamentais de expressão do «povo» — do qual afinal eles procuram destacar-se em «cliques de cabos de esquadra»...

## A cultura oposição ao Estado

Um notável filósofo marxista que há muito tempo a sua obra estreita fidelidade ao Partido Comunista francês, Henri Lefebvre, afirmou há dias que a cultura não deve nem pode ser outra coisa que oposição ao Estado, até à destruição deste. Aceitamos a oposição de princípio e aceitamos também, como historiadores, que os Estados, obra de civilização e não de cultura, sejam mortais — e que a cultura, pela sua universalidade, para isso contribua, a longo termo ou em longa «duração».

Por isso é que «enquanto realista em que podemos situar-nos» o poder político deve limitar-se a manter com os agentes culturais um pacto contractual de modo a responsabilizá-los e a responsabilizar-se (a ser responsabilizado) por uma acção ao mesmo tempo global e pontual. Compete-lhe, em suma, promover, ou provocar, uma tomada de consciência, suscitar na nação uma reflexão crítica, e torná-la possível, a todos os níveis sociais. Compete-lhe, sob ao ponto o poder de inventar, de imaginar, de sonhar, de «integrar a sua própria cultura» — coisas que a cultura tradicional tornou demasiado alienatórias, sendo suscitadas a esse mesmo povo. Trata-se, resumindo ainda de preparar homens para uma nova sociedade — ou seja promover uma qualidade de vida, melhor: uma vida de qualidade, ligada

à transmissão da ordem social. «Mudar a vida» com a «mudança do mundo»...

Não terá, então, o poder político um programa cultural?

Conceito perigoso, quando ligado ao Poder! Por melhor que este seja, a tendência natural, os fatal, é para a conservação e para a biologia consequente, através de mecanismos de regulação de uma reconstruturação mecânica. Em vez de um programa que implique um modelo do qual partirá, melhor será a definição de «projectos», considerados como avanços, lançando forças diversas para a frente, na livre aventura que toda a acção cultural tem de ser. Algo de mais difícil que a execução de programas totalizantes, com aimes após aimes, previamente estabelecidas e as quais haveria que obedecer todo um complexo dinâmico, por isso mesmo obrigado a controlar a sua própria força e as suas próprias virtualidades criativas — ou seja a contradição-se ao longo da sua execução.

Porém, a aventura não quer dizer capricho, nem a inquietação do verdadeiro projecto cultural será efeito de uma irrequietação ocasional e oportunista. Há que a criar e que a definir, passo a passo, em função dos problemas objectivos e — portanto — que se postam.

Tudo dependerá, porém e necessariamente, do conhecimento da procura ou das carências nacionais — conhecimento que de modo algum existe da parte das actuais autoridades, tal como não exista da parte das autoridades anteriores. Estão como agora vive-se dentro de uma visão nebulosa das necessidades culturais do país. Resultado de mostrarmos a macrocefalia de Lisboa, ele só poderá ser resolvido em termos de descentralização — mas tal descentralização não poderá necessitar-se sem que se conheçam as necessidades locais e a sua mecânica de procura e de resposta.

País ignorado, onde (em timbudo de para-quadras alguma exposição, algum concerto, alguns «turnés» teatrais e uma misca programação cinematográfica que são em alguns sítios, sem dúvida, mas sempre dentro de parâmetros apertados que fazem da caricatura retrato autêntico.

Porquê assim acontece? E onde acontece mais de uma maneira ou de outra? Perguntas a que se deve responder — para poder

agir, estruturalmente. Em outros termos, de economia, necessariamente apoiadas para se obter uma rentabilidade mínima há que fazer «marketing».

Tal inquérito sobre a possibilidade dum «ocasso cultural» de lazeres, e sobre a mobilização possível das populações, terá que ser devidamente orientado por especialistas de sociologia da cultura que não tenham mais que urge formar os «relatos» junto de autoridades estrangeiras, aproveitando vocações ou experiências empíricas, e muita devoção autócena, raiz de uma acção interessada e informada por dentro, cujos vícios de percepção são certamente necessários em certos viciniais de cultura, que são os nossos, hoje em dia...

Ao mesmo tempo que o inquérito se processa (pois que ele seja lento e o tempo passa), há que montar a máquina minimal em funções de criação, de difusão e atracção, com os instrumentos de trabalho necessários a umas e outras — e os créditos que, num país que terá de viver em economia de penúria e onde tudo é carência, não se obtém facilmente. A principal função do departamento da Cultura será, assim, demonstrar aos seus pares, e aos representantes do nação que os gastos culturais constituem um investimento essencial

— essencialmente aquele que pode transformar o povo e a sua gente, ensiná-la a viver num tempo moderno insuspeitado mesmo por outros reformadores (ou revolucionários) que amiches de vontade e de fé, no domínio minado da economia.

O último orçamento do estado francês atribui 0,57 por cento ao departamento governamental da Cultura. A pluralidade dos serviços afins em Portugal, e sobretudo atendendo à mudança iminente de um deles, de um ministério para outro, não nos permite captar a parte respectiva no orçamento português de 1975, e ainda menos entrar na discussão das respectivas parcelas, com atribuições de verbas setoriais. Limitemos-nos então a observar que havendo em Portugal prioridades diferentes das francesas, uma delas deve ser, certamente, a do cultura — que tem sido até abandonada.

Haverá, portanto, que transformar os dados discutidos do problema orçamental — mas e preciso justificá-lo através de um trabalho incansante, sacrificado e lento. Levará anos a montar as máquinas necessárias, devendo — mas que o projecto seja pensado e iniciado sem demora nem medo, e permitindo avançar desde já as medidas urgentes que tornariam menos dispêndiosas

as intervenções futuras. Quando há obras a fazer, melhor será começá-las antes que a casa venha abaixo. Como, aliás, estão a vir a torná-lo muitos dos monumentos nacionais em vão classificados.

Animar, dar alma (ou santima...) à população deste país, oggi e sem vez nas muitas vozes que parecem falar, não pode ser algo sendo dum projecto nacional complexo e lento, mas nem por isso menos urgente, num tempo que não se queria perder.

So com uma consciência desta necessidade e da sua urgência se fará a política cultural de que o país precisa, proporcionando as três funções assinaladas, em situações de prioridade relativa conforme os sectores, as disponibilidades de gente, uma unidade imediata que deve contar em termos operacionais para acudir a críticas e, sempre, para preparar o futuro.

Essa política só poderá ser realizada em liberdade de um socialismo, promovendo assim a cultura possível, com a possível equidade.

Ou o «santo» ou «sestra-cultural».

Não tenhamos, agora e aqui, em face das nossas responsabilidades académicas, medo da expressão sem do que ela encerra: o seu processo de concretização faz parte da dialéctica da própria cultura e assinala uma sua mutação, em função de determinados valores sociológicos em comunidades para uma reestruturação semântica que tudo, em volta, exige — da ética à política, do amar ao conviver... Mas grato o seu prefixo, ele nega (ou pode negar) mesmo do que sabe, uma história que, como história, tem de definir em comportamento dinâmico os seus valores de memória ou de tradição. A chamada «anti-cultura» antes traz em si propostas extremamente importantes e ela leva à abelhação (necessária) de barreiras entre criadores e utilizadores, entre produtores e consumo, na medida em que os objectos e os serviços produzidos se encontram em imediata situação dialogal. Não se trata, evidentemente, de pedir a toda a parte que escreva livros ou punte partides ou componha sinfonias, mas de entender e dar a entender que estas operações são coisas particulares de uma situação crítica genérica que é preciso fomentar e possibilitar pedagogicamente (no original sentido do palavra), suscitando variedades humanas. Vale a pena lembrar que estas ideias, que nos

últimos anos são defendidas, tiveram largo eco no século XIX (Proudhon, Kropotkin) e foram lançadas: já nos finais de Sécúlos pelo inglês William Godwin.

A «convivialidade» que as expressões culturais (do mesmo modo da criação de objectos ditas artísticas) assumiram, passou a percorrer toda uma experiência humana, a ser sua dimensão ao mesmo tempo interior e exterior, na medida em que interior e exterior se fundem dialecticamente, e o consumo e a produção entram num processo simbólico cujo acesso é ou tem de ser fenomenológico.

A «convivialidade» é função de «actividade»: sua criação e seu acto — e ambas as experiências se generalizam numa nova praxis, causa-efeito de uma mentalidade nova. Aquilo que na vida cultural de hoje se pretende fazer: acurando o espectador, libertando-lhe as consciências, parando-lhe, para além da sua mobilização, uma mobilidade de opções e experiências, tem que passar por esta verificação. Logo nos problemas que se apresentam sob aspecto tradicional, há que entender algo de novo: uma possibilidade, um convite, ao menos, para a outra coisa que a cultura tem de ser. Se assim não fizer o departamento da Cultura da II República Portuguesa, várias e progressivas surpresas virá a ter, e muito revel assinalara...

A transformação da ordem social não pode deixar de ser também transformação na ordem cultural — e esta não reside certamente, na ideia simples e simplista de levar a cultura ao povo, ou mesmo e mais dificilmente, o povo à cultura. A estes dois princípios transmutantes e potencialistas, que penam a cultura em termos de elevador, há que opor uma nova condição humanística da cultura, sempre de responsabilidade qualitativa.

Dessa condição, a chamada «santo-cultural» é hoje forma ou função socialmente necessária para se fazer ouvir. E para que se entenda que, na evolução e no obsolescência dos objectos, um livro poderá deixar de ser um livro e um quadro, um quadro, sem que daí venha a morte ao mundo — se não aquele que a Cultura pretende transformar, mudando igualmente a vida de cada um de nós!

(Comunicação apresentada à Academia dos Ciências de Lisboa, em 12 de Junho de 1975)

## 6 partidos em busca de 1 Constituição

# VÁRIAS "LEITURAS" DO 25 DE ABRIL

NUM MOMENTO em que é divulgado o esquema de institucionalização das relações entre o MFA e as organizações unitárias de base, entra a Assembleia Constituinte a debater na generalidade os seis projectos de Constituição apresentados pelos diversos partidos políticos que nela têm assento.

Este paralelo impõe-se tanto mais que a grande maioria dos Projectos ou não considera expressamente a função político-administrativa das organizações de base, ou lhes reserva um relevo constitucional muito limitado (ao invés da deliberação da Assembleia do MFA, que prevê mesmo a criação de uma Assembleia Popular Nacional.)



**OCTÁVIO PATO (PCP)**  
Estado democrático e revolucionário



**JOSÉ TENGARRINHA (MDP/CDE)**  
O preâmbulo mais longo



**FRETTAS DO AMARAL (CDS)**  
Adesão a CEE



**LOPES CARDOSO (PS)**  
Complexa definição de socialismo



**EMÍDIO GUERREIRO (PPD)**  
Aperfeiçoada elaboração jurídica



**UDP**  
Desvinculação da NATO



**ASSOC. DEF. INT. MACAU**  
Não apresentou projecto

Uma primeira comparação entre os seis Projectos permite logo algumas conclusões gerais. Do ponto de vista político, o mais avançado é, notoriamente, e como seria de esperar o da UDP. Mas, também os do PCP e do MDP/C-UE são projectos essencialmente programáticos, que encaram a Constituição como documento prospectivador dos subseqüentes avanços do processo revolucionário. Neles, o Estado Português, hoje é considerado com um "estado revolucionário", e portanto o diploma constitucional mais do que um quadro legal é um texto com conteúdo programático, aberto a situações políticas futuras de natureza "revolucionária".

Ao invés, os Projectos do PS, do PPD e do CDS, oscilam entre a Constituição clássica, só com alguns alforamentos de princípio, e a tomada de posição programática. Qualquer deles, contudo, não destaca demasiado a natureza revolucionária de Estado Português, embora, num ou noutro ponto circunscrito, deixem "escapar" referências a essa dimensão.

Na verdade, na maior parte dos três articulados mencionados, a preocupação mais saliente é a de, paralelamente à socialização económica, consagrarem, de forma exaustiva, o pluralismo e os esquemas da democracia política.

Se encarmos os projectos sob o ponto de vista da sua elaboração jurídica (nela se incluindo a respectiva sistematização na sua acepção técnica), então, teremos que os documentos mais aperfeiçoados são, pela seguinte ordem, o do PPD, o do PCP e do CDS.

O Projecto da UDP não revela grande preocupação de natureza formal. O do MDP/CDE (aliás o primeiro a ser entregue) é também insuficiente na sistematização e no rigor jurídico. Mas, neste capítulo, a maior surpresa veio do Projecto do PS, que revela um descuido constante de redacção e um mínimo interesse pela lógica da sistematização.

Aliás, de alguma forma, se traduz um facto que tem sido visível desde o início da Constituinte: que os melhores juristas actuais se encontram nos grupos de deputados do PCP, do PPD e do CDS.

## Dois tipos de sistematização

Conforme foi já noticiado, os diferentes Projectos acolhem dois tipos distintos de sistematização: uma que dá primazia aos direitos, liberdades e garantias fundamentais, só depois abordando a problemática da organização económica e social; a outra dá prioridade ao tratamento das bases económicas e sociais sobre os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos. Na primeira linha (que venceu na comissão de sistematização) entram os projectos do CDS, do PS e do PPD (por ordem de entrega dos projectos). Na segunda linha integram-se os projectos do MDP/CDE e do PCP. O da UDP contiga, sem grandes distinções, as duas matrizes, inclinando-se embora para a primeira posição.

De resto, a inspiração dominante de cada um dos Projectos (e, no fundo, de cada um dos Partidos) é logo visível nos respectivos preâmbulos. Senão vejamos.

O CDS, num curto preâmbulo, ao aludir ao regime anterior ao 25 de Abril, faz sobretudo a limitação às liberdades derivada da sua feição ditatorial, não falando

do sistema económico subjacente. No mesmo preâmbulo nenhuma referência existe ao último ano e dois meses de revolução e transformações que tem acarretado. Para o futuro, o CDS fala do socialismo português, que "supera e rejeta, a um tempo, os capitalismos individualistas e os socialismos totalitários". Aliás, é evidente a preocupação de acentuar os direitos da pessoa humana e o pluralismo político.

O Partido Socialista tem um preâmbulo também muito curto, em que, fazendo-se o balanço do período decorrido desde 25 de Abril de 74, se acenava por um lado o pluralismo, e por outro se concretiza a definição de socialismo "entendido este como o poder democrático dos trabalhadores, no quadro da colectivização progressiva dos meios de produção e de um regime de democracia política, com vista à instauração de uma sociedade sem classes". Esta definição de socialismo (talés diversa da do art. 1.º) é tão completa que quase se pode entender que se baseia no pressuposto da distinção entre uma fase socialista e uma fase ulterior, correspondente à instauração de uma sociedade sem classes.

O mesmo preâmbulo refere directamente o significado político das eleições para a Assembleia Constituinte.

O Projecto do PPD tem um preâmbulo, proclamação, que define como objectivo uma so-

cidade "mais justa, mais livre, mais fraterna, da qual sejam abolidas todas as formas de opressão, de exploração e de privilégio correspondente aos ideais do socialismo personalista". Refere-se às vitórias legítimas do MFA, e dá particular relevo aos direitos e liberdades fundamentais, para que "não mais reine em Portugal o arbítrio das polícias e dos detentores do poder político ou económico".

O Projecto do MDP/CDE, é o que tem o preâmbulo mais longo, sobretudo dedicado à evolução política, económica e social verificada desde o 25 de Abril de 1974. Nesse preâmbulo contém-se a descrição das conquistas verificadas no processo revolucionário em curso e acentua-se a luta anti-monopolista e latifundiária. Nele se aposta para "o futuro socialista de Portugal", sem, contudo, se definir o significado desta expressão. Ao invés dos PS e PPD, não se encontra nenhuma referência às eleições de 25 de Abril deste ano.

O preâmbulo do Projecto do PCP é relativamente curto. Reporta-se ao período do regime fascista, destacando "a luta clandestina organizada da classe operária", e também aos passos dados nos últimos 14 meses. Neste preâmbulo se define de forma clara o objectivo histórico para que aponta, em seu entender, a Constituição: "A construção, em Portugal de uma sociedade socialista sem classes antagónicas

baseada na colectivização dos meios de produção e que para sempre, da Pátria lusitana, a exploração do pelo homem".

Curiosamente é este que, mais vezes, cita a alta forças populares, dos políticos e do MFA (mesmo que o preâmbulo do MDP/CDE).

O Projecto da UDP como uma introdução explícita dirigida "à classe operária-trabalhadores, e todo o português". Nessa introdução, de mencionar as seguintes p:

— a intenção de elaborar texto aberto à "iniciativa das massas populares".

— a lacuna quanto à matéria do poder e de soberania regulados pelo Pacto vincula maioria dos Partidos presentes Constituinte;

— a alusão à não assinatura do Pacto, "em nome de outro que contraria com as massas populares, de lutar sempre a seu pela conquista de um Estado Democrático Popular;

— o desejo de que reunidos trabalhadores discutam o pro, e proponham alterações e das.

Segue-se o Preâmbulo à análise do antecedente político da Constituinte, e de voltando sobretudo às referências às estratégias das "duas sociedades EUA e URSS".



## Princípios fundamentais

A primeira parte de todos os projectos é dedicada ao chamado "Princípios Fundamentais" (que no caso do CDS compreendem matérias, que os restantes projectos autonomizam, acerca dos Direitos, Liberdades e Garantias").

Para quase todos os projectos o Estado Português actual é democrático (só o PS não o qualifica, enquanto o PCP lhe acrescenta o qualificativo de revolucionário). Todos os projectos falam na construção do socialismo, como objectivo político a prosseguir, locando o CDS, o PS e o PPD logo nos seus artigos 1.º a pluralismo político e o respeito da vontade popular. A UDP, sem falar em socialismo, preconiza uma política anti-capitalista e anti-latifundiária. Na parte de Princípios Gerais, a formulação jurídica mais completa é a dos projectos do CDS e do PPD, e a mais original é a do PCP que distingue as funções políticas, económicas e sociais do Estado e a

base política, económica e social deste. Só o CDS e o PS, de resto, não desenvolvem a matéria dos fins e funções do Estado. No seu todo, os esquemas, neste particular, adoptados pelos projectos do CDS e do PS, são clássicos; o do PPD vai para uma fórmula de "compromisso"; enquanto que os três restantes projectos desenvolvem largamente os objectivos programáticos do Estado Português.

Uma referência especial merece a matéria de princípios de política externa do Estado Português. Enquanto o CDS se queda por fórmulas das da Comissão de 1933, (salvo na afirmação peremptória da adesão à CEE), o PPD afirma, de passagem, uma política de independência nacional, sem concretizar, o PS e o MDP/CDE especificam as orientações anti-imperialistas e anti-colonialistas; e o PCP consagra-lhe 3 artigos, desenvolvendo a política de independência nacional, e dando particular relevo à aproximação dos estados

socialistas e não alinhados e à libertação de domínios políticos, económicos e financeiros externos. Acolhe, no entanto, o respeito dos compromissos existentes, desde que satisficissos aqueles pontos, e a contribuição portuguesa para "a segurança colectiva, a cooperação e a paz na Europa e no Mundo".

A UDP dedica cinco extensos artigos a este tema, preconizando medidas imediatas de combate anti-imperialistas, designadamente a desvinculação imediata da NATO e do Pacto Ibérico, e o controlo económico das tendências de dominação pelas superpotências.

Nos princípios gerais do Projecto do PCP aparece uma referência de relevo às organizações de base e à aliança do Povo com o MFA, (tal como sucede também no projecto do MDP/CDE, e, ainda mais detidamente, no da UDP.

JÁ vimos que o relevo dado na sistematização aos "direitos, liberdades e garantias" não é o mesmo para todos os projectos Assim, em inserção, dá-lhe prioridade os projectos do CDS, do PS e do PPD. A regulamentação mais pormenorizada é a do Projecto do PPD, que totaliza 54 artigos. Segue-se-lhe em destaque e integração sistemática o do PCP. E, sensivelmente, com o mesmo número de artigos, mas dispersão acentuada o CDS, que remeteu os direitos económicos, sociais e culturais para a Parte II - da vida económica, social e cultural. O MDP/CDE consagra a esta matéria 35 artigos, que se referem indistintamente a direitos, liberdades pessoais, políticas, económicas, sociais e culturais. Excepcionalmente ao caso da UDP, que reserva só 12 artigos para a matéria, é o Projecto do PS o mais sucinto quanto aos direitos e liberdades fundamentais.

Duas peculiaridades devem ser anotadas. Por um lado, só os Projectos do PCP e do PPD aludem destacadamente aos Deveres Fundamentais, a par dos Direitos

dos Cidadãos. O do PS refere só os Deveres Económicos e Sociais, e os demais só os Direitos. Por outro lado, o CDS defende a publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em anexo ao texto constitucional, e dela fazendo parte integrante.

O elenco mais vasto e o espaço mais amplo de exercício dos direitos e liberdades pessoais e políticas é o que consta dos Projectos do PPD e do CDS. Mas o dos demais Projectos não se afasta muito dele. Já quanto ao exercício dos direitos, o do PCP apresenta notas específicas em certos pontos aparentemente menores, mas efectivamente importantes. Um é o limite, constante do art.º 29º - n.º 2, ao exercício dos direitos e liberdades fundamentais. Onde o CDS era omissão, e o PPD previa como limites "defensa dos direitos das outras pessoas nem lesão da ordem constitucional democrática ou dos princípios da moral; o PCP especifica: não serem "contra o regime democrático, contra a unidade e a independência nacional, contra o processo revolucionário ou para impedir a transição para o socialismo". O

projecto do PS é omissão sobre este ponto. O do MDP/CDE vai mais longe: "o fim de permitir acções, contra-revolucionárias que visem combater a ordem democrática instaurada em 25 de Abril ou dificultar a construção da sociedade socialista". Outro ponto curioso do projecto do PCP é o contido no n.º 3 do art.º 47.º, em que se prevê que, tendo, em conta a sua especificidade, a lei poderá prever regimes próprios para certos tipos de associações como as de carácter político, sindical, religioso, estudantil ou as organizações populares unitárias". (corresponde à remissão para lei ordinária de matéria constitucional).

Mas, a grande insuficiência (intencional?) dos projectos do PCP e do MDP/CDE é a ausência quase total ou a alusão diminuída às garantias dos cidadãos, sobretudo em processo penal. Também é notada nestes projectos a lacuna quanto à exclusão explícita da pena de morte (no caso do MDP/CDE também se não exclui a tortura, as penas perpétuas e a transmissão de penas).

## Três questões «quentes»

Ainda no domínio dos "Direitos e Liberdades Fundamentais", avulsum três, por assim dizer, questões "quentes". Não nos referimos ao facto de nem o MDP/CDE nem a UDP aliciarem a crença ou opinião política nos factores cuja relevância para efeitos de violação da igualdade dos cidadãos perante a lei a Constituição proíbe.

Referimos, fim, ao regime, de elementos ligados ao regime fascista ou a golpes contra-revolucionários, ao estatuto dos partidos e outras organizações políticas e ao enquadramento legal da informação.

Quanto ao primeiro ponto, o CDS e o PPD nada dizem de excepção ao regime de "nullum crimen sine lege", e de não retroactividade da lei criminal. O PS acrescenta a incriminação segundo os princípios gerais de direito internacional (art.º 13-2).

O PCP consigna a retroactividade da "lei incriminatória dos dirigentes fascistas e dos agentes e dirigentes da estirpe PIDE-DGS e outras organizações repressivas do fascismo, bem como dos agentes de acções contra-revolucionárias" (art.º 32-4).

O MDP/CDE prevê a privação da nacionalidade portuguesa e o confisco dos bens de "todo aquele que, no estrangeiro, conspira ou actue contra o povo português e as suas instituições democráticas e revolucionárias". (art.º 21.º). A UDP priva de direitos políticos

"todos os responsáveis do Estado fascista, os membros de organizações terroristas fascistas (PIDE-DGS, legião Portuguesa e outras), os implicados em golpes e acções fascistas, ou implicados em actos imperialistas, bem como todos os inimigos indelutáveis do povo". (art.º 23.º). Também refere a publicação de leis retroactivas para o julgamento revolucionário, com participação popular, de "todos os implicados na ditadura fascista". (art.º 25.º).

Quanto ao segundo ponto, é de referir que o CDS desenvolve muito o articulado sobre partidos políticos: o PPD prevê sumariamente outras formas de associativismo político; o PS, no art.º 4.º, restringe os partidos políticos "aos que respeitem os princípios da soberania nacional e da democracia", e no art.º 21.º propõe a interdição de "associações de tipo militar, militarizado ou para-militar fora do Estado ou das forças armadas, nem organizações que difundam ou pratiquem a ideologia fascista".

O PCP, no art.º 48.º número 3 do seu Projecto prevê a perda de direitos políticos dos condenados por "práticas contra-revolucionárias e a dissolução dos partidos ou organizações nela implicados". Embora referindo, o PCP não desenvolve a matéria de organizações populares de base.

Enquanto que, tal como o PCP, e mais do que dele infimo relevo aos partidos políticos, o MDP/CDE consagra 5 importan-

tes artigos a organizações do poder popular, à sua colaboração com o MFA, à sua estrutura e atribuições, bem como ao traçado da sua institucionalização "para a reconstrução nacional, para o avanço social popular e a defesa revolucionária contra a reacção" (art.º 100.º).

A UDP reconhece também amplamente as organizações populares e preconiza o direito do povo e só dele de formar "milícias populares armadas de autodefesa nas fábricas, nas empresas, nos campos, nos bairros e nas localidades"; "e em íntima ligação com os quartéis".

A UDP também propugna as seguintes medidas (art.º 24.º): — proibição de todos os partidos e organizações fascistas; — proibição de reuniões, agrupamentos e manifestações fascistas; — não permissão de qualquer nova política política; — extinção da PSP e da GNR, enquanto forças de repressão do povo".

Vimos, em breve análise, alguns pontos comparados de 6 Projectos em busca de uma Constituição. Nesta análise, necessariamente sumária, avaliaram diversas questões ideológicas e esquizematizadas políticas daqueles Projectos. Em próximos artigos trataremos examinar o diversismo tratamento dado em matéria económica e social, com relevo para a parte da Informação.

Dizemos esperamos porque bem pode suceder que, para a semana, o tema seja falho de mínima oportunidade política.